

v. 09 A. 2026

EDIÇÃO 25

DIALOGOS

SOCIOAMBIENTAIS



ODS e GOVERNANÇA TERRITORIAL RUMO AOS ÚLTIMOS 5 ANOS DA AGENDA 2030

EDITORES CONVIDADOS

KLAUS FREY

SAMANTA BORGES PEREIRA

NÁDIA JAROUCHE AUN

LUIS GUSTAVO BRANCO



DIALOGOS

SOCIOAMBIENTAIS

v. 09 A. 2026
EDIÇÃO 25

ODS e Governança TERRITORIAL RUMO AOS ÚLTIMOS 5 ANOS DA AGENDA 2030

EDITORES CONVIDADOS
KLAUS FREY
SAMANTA BORGES PEREIRA
NÁDIA JAROUCHE AUN
LUIS GUSTAVO BRANCO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil.
Processo nº 2023/10192-6.

EXPEDIENTE

Esta publicação é uma produção do Grupo de Acompanhamento e Estudos de Governança Ambiental (GovAmb), sediado no Instituto de Energia e Ambiente (IEE/USP), e do Laboratório de Planejamento Territorial, sediado na Universidade Federal do ABC. Ela nasceu vinculada ao Projeto Temático FAPESP 2015/03804-9 “Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face à Variabilidade Climática (MacroAmb)”, parte do Programa FAPESP Mudanças Climáticas Globais, coordenado pelo professor Pedro Roberto Jacobi (IEE/IEA/USP), reunindo docentes da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal do ABC (UFABC), do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e da Universidade São Judas Tadeu. Com o título “Diálogos Socioambientais na Macrometrópole” foram publicados 12 números. Com o término do projeto temático, o projeto editorial passou a tratar de novos territórios e temas e isso resultou em uma mudança de título. A partir do número 13, a revista passou a se chamar Diálogos Socioambientais.



Editores

Luciana Travassos
Paulo A. Sinisgalli
Pedro R. Jacobi
Sandra (San) Momm
Silvana Zioni

Assessoria Editorial

Beatriz Milz
Hugo S. Carlos
Igor M. S. Chaves
Lyvia N. C. Fischer
Marcelo Aversa

Conselho editorial

Carolina M. D. de Pinho
Célio Bermann (*in memoriam*)
Edmilson D. Freitas
Fernanda G. Cardoso
Gilberto M. A. Rodrigues
Klaus Frey
Leandro L. Giatti
Mariana Menzio
Sylmara L. F. G. Dias

Publicação Trimestral
ISSN 2596-2183



CONTATO

✉ dialogos.socioambientais@ufabc.edu.br

🌐 periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais

Attribution-NonCommercial 4.0
International (CC BY-NC 4.0)



SIGA-NOS



EDI- TO- RIAL



- 05** ODS e GOVERNANÇA TERRITORIAL: RUMO AOS ÚLTIMOS 5 ANOS DA AGENDA 2030

CON- JUN TURA



- 09** OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) COMO IMPULSIONADORES DO DEBATE PÚBLICO LOCAL SOBRE SUSTENTABILIDADE
- 13** LOCALIZAÇÃO DOS ODS EM ESPOO, FINLÂNDIA: ENTRE PIONEIRISMO e *GREENWASHING?*
- 17** ENTRE A AGENDA e O ABISMO: OS ODS DIANTE DAS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO
- 21** ALEMANHA NO CAMINHO PARA 2030!

ENTRE- VISTAS



- 25** O QUE NOS FALTA PARA POTENCIALIZAR O ALCANCE DOS ODS COM A JUVENTUDE?
- 30** AGENDA 2030: DESAFIOS e CAMINHOS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL

JOVENS QUE PES- QUISAM



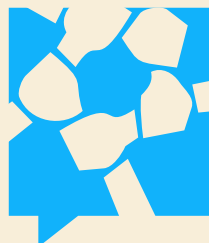
- 36** OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO GUIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EM MUNICÍPIOS PEQUENOS
- 40** EQUILIBRANDO OS PRATOS: DESAFIOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR PARAIBANA NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL
- 45** UMA DÉCADA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM DELHI: AVANÇOS, LIMITES e LIÇÕES PARA a AGENDA 2030

INTER- DISCI- PLINAR



- 49** QUANDO a TECNOLOGIA APRENDE a ESCUTAR: SOFTWARE PARA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ e GOVERNANÇA COLABORATIVA
- 53** INTERFACES DO CACAU e a SOBERANIA ALIMENTAR DE COMUNIDADES AMAZÔNICAS PELA PERSPECTIVA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EN- GAJA- MENTO



- 59** EDUCAÇÃO AMBIENTAL e ODS na SERRA DA MANTIQUEIRA: a EXPERIÊNCIA DO PROJETO CAMINHO DAS ÁGUAS

ARTES



- 63** ARTE, COMUNIDADE e ação ambiental

SUMÁRIO





Araucária e Pedra do Baú,
São Bento do Sapucaí
Klaus Frey, 2025.



ODS e Governança TERRITORIAL: RUMO AOS ÚLTIMOS 5 ANOS DA AGENDA 2030

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1559

por:

Klaus Frey
Samanta Borges Pereira
Nádia Jarouche Aun
Luis Gustavo Branco

A edição nº 25 da Diálogos Socioambientais, dedicada ao tema “ODS e Governança Territorial: Rumo aos últimos 5 anos da Agenda 2030”, nasce como desdobramento do projeto Governança Colaborativa, Desenho e Integração de Políticas Públicas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Concepções, instrumentos e processos para promover o desenvolvimento sustentável e resiliente da cidade turística de São Bento do Sapucaí-SP — em sua versão sintética, Governança de Políticas Públicas para Sustentabilidade (GPPS), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Ancorado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, o projeto busca apoiar governo local e sociedade civil na formulação e implementação integrada de políticas públicas voltadas à transformação sustentável do desenvolvimento territorial. Entre seus objetivos específicos está a produção de experiências e de instrumentos de governança capazes de contribuir para a implementação local da Agenda 2030 — propósito que fundamenta e inspira esta edição.

Ao nos aproximarmos do marco de 2030, o desafio torna-se mais urgente: como traduzir uma

agenda global, composta por 17 objetivos e 169 metas, em estratégias territorialmente enraizadas, socialmente legitimadas e politicamente viáveis? Como transformar diretrizes internacionais em práticas cotidianas de gestão e em experiências concretas de cidadania?

Com essas inquietações, reunimos pesquisas em andamento no âmbito do GPPS e convidamos autoras e autores que vêm refletindo, em distintos contextos nacionais e internacionais, sobre a implementação dos ODS. O volume propõe um balanço crítico dos dez anos desde a adoção da Agenda 2030, interrogando perspectivas e limites para os cinco anos finais de sua vigência.

Onde avançamos? Onde retrocedemos? Quais experiências inovadoras merecem destaque? Quais são os principais entraves estruturais – institucionais, econômicos e políticos – que dificultam a concretização da promessa de “não deixar ninguém para trás”?

As contribuições aqui reunidas revelam um panorama plural e, por vezes, contraditório. De um lado, multiplicam-se experiências promissoras de governos, universidades e organizações da sociedade civil, fundamentadas em parcerias interinstitucionais e intersetoriais e orientadas por evidências, com potencial

de fomentar práticas territorialmente mais sustentáveis. De outro, observa-se um ceticismo compartilhado – ainda que em diferentes graus – quanto à capacidade de cumprir integralmente as metas estabelecidas pela Agenda 2030, especialmente diante das crises climática, democrática e socioeconômica que marcam o cenário global.

Na Sessão Conjuntura, os artigos exploram a dimensão política e estrutural da agenda. Discute-se o papel dos ODS como impulsionadores do debate público local; analisa-se criticamente a experiência de Espoo, na Finlândia, tensionando inovação tecnológica e risco de greenwashing; examinam-se as contradições do desenvolvimento contemporâneo e os limites estruturais da ação climática; e avalia-se a trajetória da Alemanha rumo a 2030, questionando se os avanços têm sido transformadores ou apenas incrementais.

A Sessão Entrevistas amplia o debate ao trazer reflexões sobre o engajamento da juventude e sobre os caminhos institucionais da implementação dos ODS no Brasil, destacando o papel de redes, movimentos e inovações normativas – como a proposição do ODS 18 – na construção de uma agenda mais sensível às desigualdades estruturais.

Na Sessão Jovens que Pesquisam, emergem análises que evidenciam o potencial dos ODS como guia para políticas públicas em municípios de pequeno porte – como São Bento do Sapucaí –, bem como estudos sobre os conflitos e sinergias entre transição energética e segurança alimentar na Paraíba e os avanços e limites da implementação da Agenda 2030 em Delhi, Índia.

A Sessão Interdisciplinar evidencia o papel da tecnologia e dos saberes tradicionais na governança territorial: de um software voltado à participação cidadã em âmbito municipal às interfaces entre produção agroflorestal de cacau e soberania alimentar na Amazônia.

Em Engajamento, apresenta-se a experiência do projeto Caminho das Águas, desenvolvido na Serra da Mantiqueira, que articula educação ambiental, gestão participativa das águas e ODS em escala regional. Já na Sessão Arte, o Coletivo Virando Sustentável demonstra como

práticas culturais podem mobilizar consciência ambiental, justiça social e valorização do trabalho, reafirmando que sustentabilidade também se constrói por meio da sensibilidade estética e do reconhecimento comunitário.

As fotografias que ilustram esta edição, na sua maioria, foram registradas entre julho de 2024 e novembro de 2025, durante as atividades de campo do GPPS em São Bento do Sapucaí, e expressam não apenas paisagens e ações, mas vínculos. São um gesto de agradecimento ao território e às pessoas que tornam possível o diálogo entre pesquisa e prática.

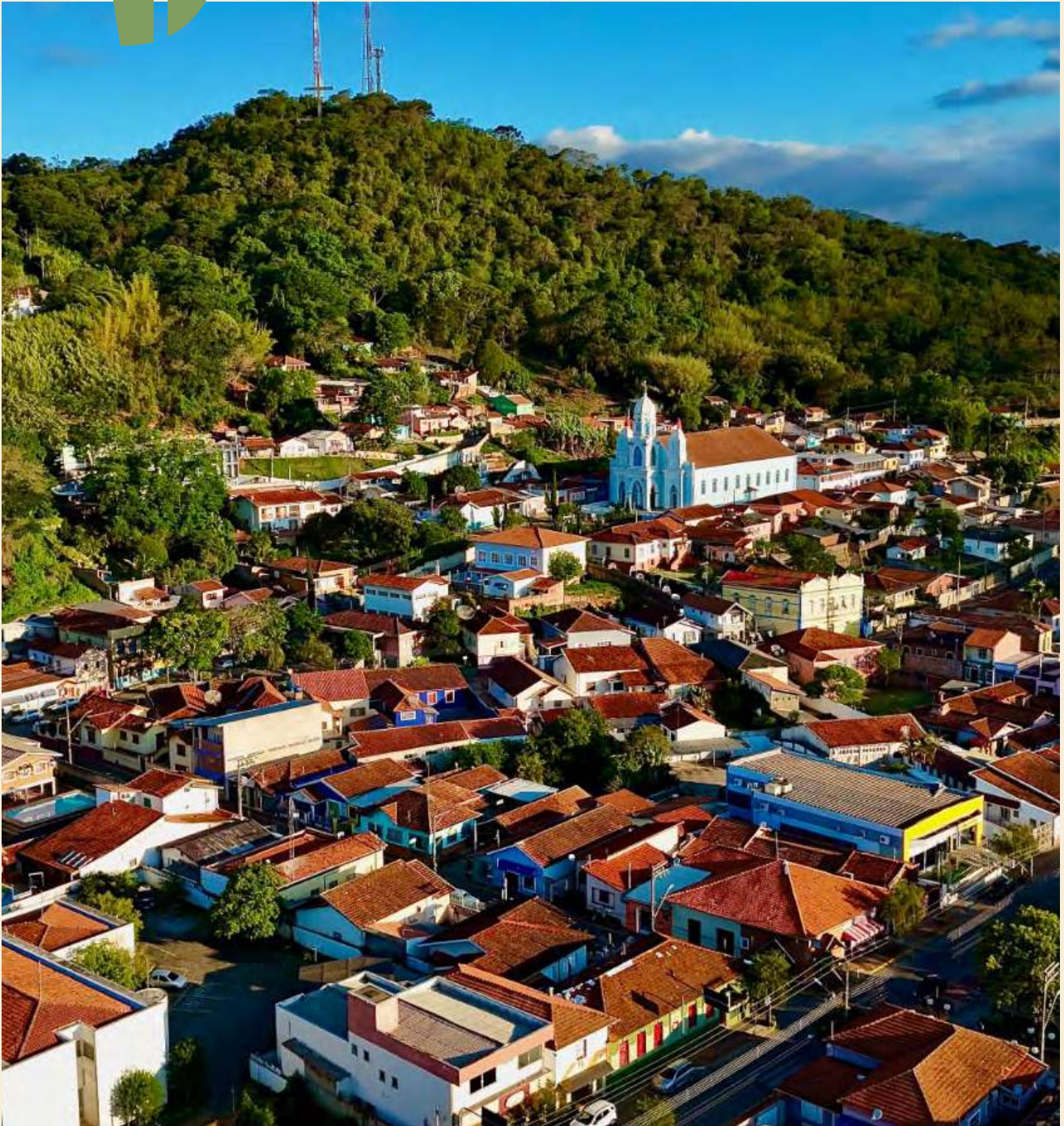
Ao reunir análises críticas, experiências locais e perspectivas internacionais, esta edição reafirma que a governança territorial é elemento central para o futuro da Agenda 2030. Se os desafios são profundos, também o são as capacidades de inovação, cooperação e aprendizagem coletiva.

Os próximos cinco anos não serão apenas um período de encerramento, mas um teste decisivo de coerência política e compromisso ético. Mais do que cumprir metas, trata-se de redefinir caminhos – fortalecendo processos democráticos, mobilizando pessoas, enfrentando desigualdades estruturais e consolidando práticas sustentáveis enraizadas nos territórios.

Que esta edição contribua para qualificar o debate público, inspirar ações concretas e fortalecer redes de colaboração rumo a 2030 – e além.

Boa leitura!





Esta edição traduz nossa homenagem ao querido amigo e parceiro Celio Bermann, que nos deixou no início deste ano. Celio foi editor convidado de dois números da revista. Junto com Flavia Collaço e Francisco Hernandez, elaborou o volume 'Existe Energia Limpa' (vol. 8 número 24) em 2025, e junto com Andrea Lampis, Raiana Soares e Arthur Siqueira, editou em 2020 'Territórios de

Energia' (volume 3 número 9). Celio esteve sempre à frente dos questionamentos dos modelos convencionais de energia, nas suas reflexões e sempre muito comprometido e combativo tanto na sua trajetória acadêmica, e seu engajamento junto às diversas organizações da sociedade civil com as quais colaborou ao longo de sua vida.

por **Editores e Conselho Editorial**



Araucária e Pedra do Baú,
São Bento do Sapucaí
Klaus Frey, 2025.



Samanta Borges Pereira

Universidade Federal do ABC

Nádia Jarouche Aun

Universidade Federal do ABC



OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) COMO IMPULSIONADORES DO DEBATE PÚBLICO LOCAL SOBRE SUSTENTABILIDADE

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1560

A Agenda 2030 das Nações Unidas visa promover o desenvolvimento sustentável por meio de 17 ODS e 169 metas. Cada país signatário deve elaborar seus próprios indicadores e sistemas de monitoramento, conforme seu contexto e disponibilidade de dados. Entretanto, no nível dos municípios e das comunidades, entendemos que os ODS podem contribuir para além de um conjunto de metas a serem alcançadas até determinada data. Eles apresentam uma pluralidade de temas relevantes para o debate local sobre as demandas mais necessárias e urgentes. Sua abrangência possibilita perceber problemas ainda não colocados em pauta e traduzir demandas já existentes, ampliando e qualificando a agenda local.

Tomamos como exemplo a questão da geração de emprego, demanda presente em diferentes localidades do país. A comunidade reclama da falta de trabalho, e diversas alternativas de solução podem ser apresentadas, tanto pela sociedade quanto pela gestão pública. Os ODS ajudam a traduzir esse problema em uma linguagem comum, ampliando a compreensão do que está em jogo. O ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, em especial a meta 8.5, diz: “até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para jovens e as pessoas com defici-

ência, e remuneração igual para trabalho de igual valor”. A partir dessa meta, abre-se um leque de temas para o debate local:

- A importância do emprego pleno, garantindo segurança e estabilidade do trabalho.
- A necessidade de trabalho decente, assegurando condições dignas e respeito aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.
- Trabalho para as mulheres, que são, muitas vezes, arrimo de família e principais responsáveis pela educação e cuidado dos filhos.
- Trabalho para jovens, que precisam de apoio e capacitação técnica para que possam se consolidar como profissionais qualificados em suas áreas.
- Trabalho para pessoas com deficiência, para que possam garantir o seu sustento.
- Remuneração equitativa, para diminuir as diferenças salariais históricas entre mulheres e homens exercendo a mesma função.

Assim, a demanda inicial por emprego se transforma em uma reivindicação mais complexa, mas também mais rica na proposição de soluções e melhoria das condições de vida,

pois evidencia questões de igualdade/desigualdade e grupos invisibilizados. Políticas públicas de geração de emprego e renda, que abrangem jovens, pessoas com deficiência e mulheres, por exemplo, além de solucionarem a demanda principal, ajudam a diminuir a violência contra a mulher, prevenir o abuso de substâncias entorpecentes pelos jovens e fortalecer a autonomia econômica das famílias, produzindo impactos positivos em diversas áreas da vida social.

O uso dos ODS no nível local permite identificar carências suprimidas. Se as necessidades forem pautadas e traduzidas pelos ODS, as soluções irão dialogar com esses objetivos. A “adesão” do local aos ODS pode ajudar a minimizar a descrença no papel do Estado e das instituições públicas.

O processo de localização dos ODS

Sistemas padronizados, que visam à universalização de resultados, não conseguem abranger as particularidades de cada território. O processo de mudança econômica e socioambiental é dinâmico, constante e não pode ser estruturado sob uma lógica globalizante, pois exige abordagens flexíveis para problemas específicos e contextualizados (Hartley, 2020). As discrepâncias no alcance dos ODS entre o nível global e o local exigem que os objetivos sejam contextualizados e traduzidos.

Ao nos depararmos com a Agenda 2030 e os ODS, podemos ter a impressão de que não pertencem às comunidades, por representarem um acordo internacional entre nações. No entanto, o processo de localização dos ODS possibilita atribuir sentido local aos objetivos globais, estimulando a comunidade a pensar, criticar e propor soluções que melhorem sua vida.

Localização dos ODS se refere à adaptação dos objetivos globais aos contextos locais, identificando como cada ODS se traduz naquele cenário. Esse movimento pode ocorrer tanto no âmbito nacional, estadual e municipal quanto nos bairros ou comunidades. Nesse processo, diferentes atores são mobilizados (ou se mobilizam) a conhecer os ODS, a reconhecer suas prioridades e a refletir sobre o que faz sentido no seu contexto, fortalecendo o engajamento e a legitimidade da atuação da gestão pública, gerando participação.

Essa mobilização pode partir tanto da gestão pública quanto da sociedade. Contudo, espera-se que o poder público, por meio da escuta ativa da população, consiga atribuir sentido local a sistemas e objetivos globais. O roteiro de localização dos ODS, elaborado pela Global Taskforce, divide o processo em quatro fases, conforme Figura 1.

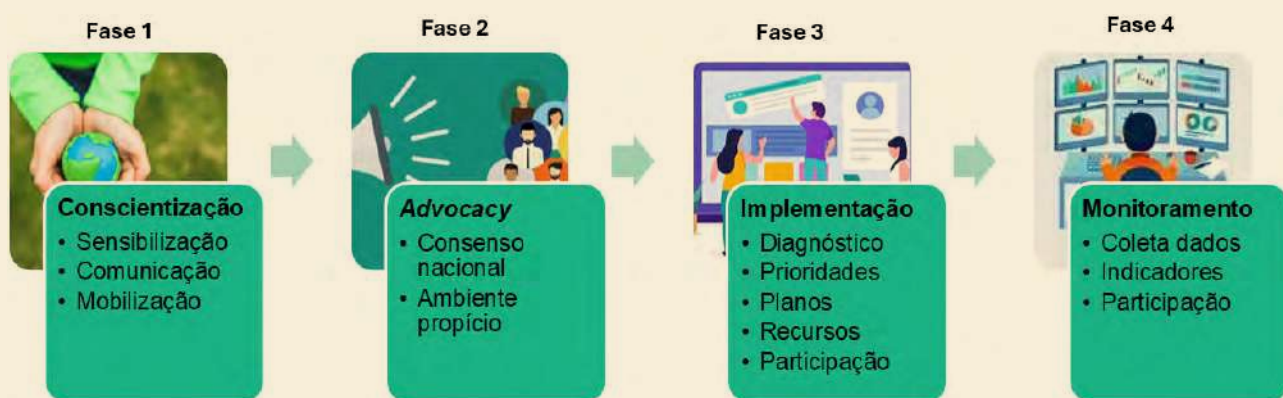


Figura 1 - Processo de localização dos ODS

Fonte: elaboração própria com base nas orientações da Global Taskforce (2016).

Apesar da participação ser mencionada apenas nas fases 3 e 4, o processo como um todo (Figura 1) requer que a própria sociedade (civil e política) esteja pautada em modelos participativos de governança, para que possa se envolver com o debate, estabelecer um fluxo de informações pertinentes ao seu contexto e desenvolver políticas locais de sustentabilidade, alinhadas às necessidades da comunidade.

Para caracterizar a participação a partir da aproximação de atores e do fluxo de informações, realizamos uma revisão da literatura (Romão, 2024; Gohn, 2019) com base nos estudos sobre Instituições Participativas (IPs). A partir dessa revisão, estabelecemos alguns critérios que auxiliam no entendimento e na qualificação da participação. No Quadro 1, apresentamos uma síntese dessa caracterização:

Partindo do pressuposto de que a localização dos ODS depende do envolvimento da sociedade, a partir da ativação dos critérios de participação (Quadro 1), discutiremos, na sequência, a relação entre esses critérios e as

diferentes fases do processo (Figura 1).

- A fase 1 – conscientização – envolve sensibilizar a comunidade por meio de linguagem acessível, favorecendo a mobilização social e a construção de parcerias entre governo local e as partes interessadas;
- A fase 2 – advocacy – refere-se à formação de grupos em defesa da causa, buscando gerar consenso e criar um ambiente propício, inserindo as demandas locais no contexto nacional e global.

A **interação** está presente nas duas fases, pois possibilita à gestão pública assumir o processo de localização ao aderir à Agenda 2030, ampliando a mobilização e atraindo diferentes atores para o processo. Quanto mais se amplia o debate, maiores são as possibilidades de fortalecer os fluxos de informação entre grupos comprometidos com a sustentabilidade e da criação de um ambiente favorável à formulação de políticas públicas que contemplem os ODS. Mesmo quando a interação inicial é limitada, o próprio processo de localização, em es-

Critério	Descrição
Interação	Comunicação e aproximação entre sociedade e gestão pública.
Representatividade	Forma como são disputados os espaços de interação e atores que participam dessas disputas. Refere-se à presença de manifestação de ideias que expressam interesses e posicionamentos distintos.
Diversidade	Presença de diferentes segmentos sociais nas IPs e o grau de envolvimento dos conselheiros. Diz respeito a composições marcadamente heterogêneas, com alta renovação e boa presença de novos atores sociais.
Institucionalização	Processo de normatização das IPs. Refere-se a mecanismos formais (leis, decretos, regimento das IPs) e procedimentos internos de organização e funcionamento.
Efetividade	Capacidade de transformar as demandas diversas em proposições viáveis, devidamente encaminhadas à gestão pública (formalização).
Monitoramento	Acompanhamento sistemático das ações deliberadas. Diz respeito à avaliação constante do cumprimento das decisões, com produção de dados próprios.
Reconhecimento	Confiança entre sociedade, instituições participativas e administração pública. Ou seja, a gestão pública reconhece a sociedade, por meio da escuta e valorização das exigências. E a sociedade reconhece a gestão pública, por meio da capacidade pública de atender aos pedidos. É base para a cooperação entre os diferentes atores e reforça a credibilidade das IPs enquanto espaços legítimos de deliberação democrática.

Quadro 1 - Critérios que caracterizam a participação

Fonte: Elaboração própria.

pecial na fase de conscientização (fase 1), pode constituir um meio de aproximação entre a sociedade e a gestão pública, contribuindo para a melhoria da comunicação entre elas.

Representatividade, diversidade, institucionalização e efetividade podem contribuir com a fase 3 – implementação – que envolve diagnóstico local, definição de prioridades, construção de planos e mobilização de recursos. A representatividade e a diversidade possibilitam que o diagnóstico e a definição de prioridades contemplem a pluralidade de ideias, posicionamentos, territórios e demandas existentes na sociedade. Já a institucionalização e a efetividade dizem respeito à capacidade de formalização e organização dos grupos. Uma IP institucionalizada e efetiva ajuda a construir planos sólidos e mobilizar recursos.

A capacidade de **monitoramento** das IPs, ou seja, o acompanhamento contínuo do cumprimento das etapas do processo, pode fortalecer a fase 4 do processo de localização – também chamada de monitoramento – e que envolve coleta de dados e elaboração de indicadores. A produção e o acompanhamento periódico de dados e indicadores locais representam um desafio, especialmente diante das limitações técnicas e institucionais existentes em muitos municípios. Nesse contexto, o envolvimento da comunidade no monitoramento contribui para gerar informações mais próximas da realidade, contestar dados que não refletem o cotidiano local e apoiar a construção de indicadores qualitativos baseados na experiência vivida. Quanto maior a capacidade de monitoramento, maior a capacidade de cobrar ações do poder público, acompanhar avanços e garantir transparência na gestão.

O **reconhecimento** favorece todas as fases do processo de localização, pois se refere à confiança que a sociedade desenvolve em relação à gestão pública. Um nível elevado de reconhecimento significa boa cooperação e comunicação entre os diferentes atores, condição fundamental para garantir a legitimidade da localização dos ODS.

A localização dos ODS é um processo de retroalimentação, cujo sucesso depende da forma como se desenvolve a participação ao longo das etapas. Ou seja, à medida que os diferentes critérios são ativados, a participação se torna mais qualificada e seus resultados mais abrangentes.

Os ODS oferecem, portanto, uma base para compreendermos mais profundamente a preservação ambiental, a equidade econômica e a justiça social, ao mesmo tempo em que reafirmam a importância da participação social e contribuem para o fortalecimento da cidadania.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processos no 2023/10192-6, 2024/07979-7, 2024/14484-4.

Referências

GOHN, M. G. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 63-81, jan.-abr. 2019. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>

Global Taskforce. **Roadmap for localizing the SDGs: implementation and monitoring at subnational level**. 2nd World Assembly Towards Habitat III, 2016. https://www.global-taskforce.org/sites/default/files/2017-06/bfe783_434174b8f26840149c1ed37d8febba6e.pdf

HARTLEY, K. The Epistemics of Policymaking: from Technocracy to Critical Pragmatism in the UN Sustainable Development Goals. **International Review of Public Policy**, v. 2, n. 1, p. 233-244, set. 2020. <https://doi.org/10.4000/irpp.1242>

ROMÃO, W. **Participação e Políticas Públicas**. Porto Alegre: Zouk, 1ª ed., 2024.



Eva Purkarthofer

Universidade de Aalto, Finlândia



LOCALIZAÇÃO DOS ODS em ESPOO, FINLÂNDIA: ENTRE PIONEIRISMO e *GREENWASHING*?

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1561

A Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam uma estrutura global que responde à necessidade de ações coordenadas e eficientes para lidar com as mudanças climáticas, a deterioração da natureza e a desigualdade social. Acordada pelos Estados-membros da ONU em 2015, a Agenda 2030 concentrou-se, inicialmente, sobretudo nas ações dos governos nacionais. No entanto, o papel das cidades e dos governos locais na implementação dos ODS tem sido cada vez mais reconhecido (Valencia et al., 2019). Isso se explica pelo fato de que as cidades são diretamente afetadas pelos impactos das mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, possuem competências para implementar muitos dos objetivos da Agenda, especialmente em países com governos locais fortes.

Na literatura, o processo de transformar os objetivos globais de sustentabilidade em ações no nível local é frequentemente chamado de localização dos ODS (Purkarthofer; Halko; Mäntysalo, 2024). Esse processo envolve adaptar os ODS à realidade local, implementar ações concretas e acompanhar os resultados por meio de indicadores definidos tanto em nível internacional quanto local (Kanuri et al., 2016). A forma como a localização dos ODS ocorre depende de escolhas políticas, de visões e práticas administrativas predo-

minantes e das limitações enfrentadas pelos atores locais, como restrições de poder político e fiscal, escassez de recursos humanos e de conhecimento técnico, dificuldades de acesso a instrumentos financeiros e baixos níveis de capacidade institucional (Kanuri et al., 2016).

Este artigo discute a localização dos ODS em Espoo, na Finlândia, uma cidade que foi identificada como “a cidade mais sustentável da Europa” em 2016 (Zoeteman et al., 2016). O artigo explora, brevemente, como Espoo conquistou o seu papel de pioneira em sustentabilidade, como pretende implementar a Agenda 2030 e os ODS em nível municipal e qual o papel que a liderança política local desempenha neste processo de localização dos ODS (Purkarthofer; Halko; Mäntysalo, 2024; Halko; Mäntysalo; Purkarthofer, 2024).

Espoo, Finlândia: a cidade mais sustentável da Europa?

Espoo fica no sul da Finlândia, ao lado da capital Helsínquia, e é a segunda maior cidade do país, com cerca de 300 mil habitantes. Por fazer parte de uma grande região metropolitana, o seu desenvolvimento foi diferente do de muitas outras cidades europeias.

A cidade apresenta grande diversidade em termos de densidade populacional e paisagens,

abrangendo florestas, ilhas, bairros residenciais pouco densos e cinco áreas mais urbanizadas que funcionam como subcentros. Em 1950, Espoo tinha apenas 22 mil habitantes, mas sua população cresceu rapidamente nas décadas seguintes, multiplicando-se por dez até o ano 2000, num período marcado pela forte urbanização e suburbanização da Finlândia.

Como as políticas municipais permitiram a ocupação ampla de áreas verdes e deram grande espaço ao planejamento conduzido por empreendedores imobiliários, boa parte desse crescimento ocorreu em bairros de baixa densidade. Esses bairros dependem, principalmente, do uso do automóvel. Apesar de investimentos importantes em transporte público nos últimos anos, que melhoraram as conexões com Helsínquia, Espoo ainda é frequentemente vista como uma cidade voltada ao carro, em um modelo semelhante ao das cidades norte-americanas.

Por isso, causou surpresa o fato de Espoo ter sido considerada a cidade mais sustentável da Europa em 2016, em um estudo realizado pelo Instituto Telos da Universidade de Tilburg, na Holanda (Zoeteman et al., 2016). A pesquisa avaliou 145 cidades com base em 86 indicadores, como nível de educação, renda, sensação de segurança, acesso à natureza, oferta de serviços culturais e instalações esportivas, áreas nas quais Espoo obteve pontuações elevadas. Ainda assim, devido à forma como a cidade se expandiu e às desigualdades que persistem na escala regional, essa classificação pode ser questionada (Purkarthofer; Halko; Mäntysalo, 2024; Halko; Mäntysalo; Purkarthofer, 2024).

Trabalhando com a localização dos ODS e a sustentabilidade em Espoo

Independentemente de ser ou não correto considerar Espoo a cidade mais sustentável da Europa, esse reconhecimento levou a liderança política e a administração municipal a se engajarem de forma mais intensa com a agenda da sustentabilidade. A Agenda 2030 e os ODS passaram a ser usados como referências centrais na estratégia da cidade e aparecem em diversos programas de desenvolvimento que envolvem diferentes áreas do governo.

Em 2020, Espoo apresentou sua primeira Revisão Local Voluntária, na qual avaliou os avanços alcançados em relação aos ODS e reafirmou seu compromisso de se tornar uma cidade pioneira em sustentabilidade. Além disso, a cidade desenvolveu uma ferramenta própria para interpretar os ODS, com o objetivo de ajudar cidades a relacionar seus desafios locais com a Agenda 2030. Espoo também estabeleceu a meta de alcançar a neutralidade de carbono até 2030, antecipando-se ao restante da Finlândia e da União Europeia.

Em todos esses processos, havia um objetivo claro de promover a participação ampla. Isso incluía tanto a colaboração entre diferentes departamentos da administração municipal quanto o envolvimento de cidadãos, empresas e instituições de pesquisa. A ideia era que a sustentabilidade fizesse parte de todas as atividades da cidade e influenciasse as ações dos moradores e das empresas. Essa visão integrada está em sintonia com a Agenda 2030, que entende os ODS como objetivos interligados, que não devem ser tratados de forma isolada.

O trabalho de sustentabilidade em Espoo conta com o apoio tanto da liderança política quanto da administração municipal. A permanência de alguns atores-chave ao longo do tempo, entre políticos e servidores públicos, ajudou a manter a continuidade das práticas e das metas de um mandato para outro (Purkarthofer; Halko; Mäntysalo, 2024).

A cultura de colaboração entre os partidos políticos costuma funcionar bem e contribui para evitar bloqueios nas decisões. Em vez de decisões tomadas de forma hierárquica, a definição conjunta de objetivos tem ajudado a fortalecer a confiança e o alinhamento de valores entre os atores envolvidos. Ainda assim, embora haja consenso em torno de objetivos mais gerais, como os ODS, divergências podem surgir quando se trata de transformar esses objetivos em políticas concretas.

De modo geral, Espoo se beneficia do contexto finlandês de governos locais fortes, de uma administração pública qualificada e experiente, além de recursos financeiros relativamente robustos. Somados ao impulso global da Agenda 2030, aos ODS e ao reconhecimento internacional recebido pela cidade, esses fatores

criam um ambiente favorável para o avanço das políticas de sustentabilidade em Espoo.

No entanto, ao olhar mais de perto, percebe-se que, embora Espoo tenha adotado a linguagem, os símbolos e os objetivos gerais dos ODS, a forma como a sustentabilidade é compreendida na cidade está fortemente ligada à ideia de modernização ecológica (Halko; Mäntysalo; Purkarthofer, 2024). Essa abordagem parte do princípio de que a inovação tecnológica pode resolver os problemas ambientais e de que o crescimento econômico e a proteção do meio ambiente podem avançar juntos (Jänicke, 2008).

Em Espoo, as tecnologias verdes são vistas como um caminho central para o desenvolvimento sustentável, e a ambição de ser uma cidade pioneira nessa área é também entendida como uma forma de impulsionar o crescimento econômico e aumentar a competitividade global (Halko; Mäntysalo; Purkarthofer, 2024). No entanto, essa abordagem tem sido criticada por não enfrentar a crise climática de maneira suficientemente profunda e por reforçar a ideia de que é possível alcançar a sustentabilidade sem mudanças mais estruturais na sociedade.

Em uma entrevista recente a um jornal, o político que liderou o grupo diretor “Espoo Sustentável” entre 2021 e 2025 classificou o trabalho climático da cidade como *greenwashing*¹ (Helsingin Sanomat, 2025). Entre as críticas levantadas, ela aponta que as emissões geradas pelas atividades de construção não são incluídas no orçamento de carbono e que Espoo pretende alcançar a neutralidade climática por meio da compra de licenças de emissão, em vez de reduzir efetivamente as emissões dentro do próprio território da cidade.

Embora alguns projetos-piloto bem-sucedidos tenham sido implementados nos últimos anos — e alguns deles tenham sido ampliados —, muitos setores da cidade permanecem praticamente inalterados. Ao mesmo tempo,

1 - Assim classificado pela coordenadora do grupo diretor “Espoo Sustentável” entre 2021 e 2025, ao jornal Helsingin Sanomat [Internet]. 10.12.2025. O trabalho climático de Espoo é uma fachada, afirma Meri Löyttyniemi.

a linguagem e os símbolos dos ODS são frequentemente utilizados como ferramentas de comunicação. Essas observações trazem uma visão mais dura e realista sobre os desafios que ainda enfrentamos na busca pelo desenvolvimento sustentável.

É possível supor que essa situação não seja exclusiva de Espoo, da Finlândia, dos países nórdicos ou mesmo da Europa. Embora muitos desafios globais – como pobreza, fome, educação, saneamento e igualdade de gênero – tenham sido relativamente bem resolvidos no norte da Europa e essas cidades tenham obtido bons resultados nos indicadores numéricos, isso não significa que sejam plenamente sustentáveis.

Por isso, é essencial acompanhar como essas cidades trabalham a sustentabilidade e entender como atores e instituições influenciam a aplicação local dos ODS. Colocar a sustentabilidade no centro da agenda política é, sem dúvida, um avanço importante, e a Agenda 2030 e os ODS tiveram um papel fundamental nesse processo. Ainda assim, mudanças mais profundas no comportamento dos moradores, nas decisões políticas e nas práticas administrativas continuam sendo um grande desafio.

Conclusão

A Agenda 2030 e os ODS são, hoje, amplamente reconhecidos em todo o mundo e, no debate sobre governança territorial, a busca pela sustentabilidade já não é questionada. Como conceito, a sustentabilidade está no topo da lista das coisas que os americanos chamam de «maternidade e tarte de maçã» — coisas que são geralmente consideradas boas.

Apesar disso, transformar essa ideia em cidades mais sustentáveis e em estilos de vida mais responsáveis continua sendo um grande desafio. Os ODS podem ajudar a orientar esse caminho, mas ainda são metas bastante abstratas. Traduzir esses objetivos gerais em ações concretas e eficazes é um passo difícil e, mesmo quando há boas intenções, nem sempre os resultados aparecem da forma esperada.

O estudo sobre a cidade de Espoo, muitas vezes apresentada como um exemplo de

sustentabilidade, mostra que simplesmente incluir referências à sustentabilidade — ou a objetivos amplos como os ODS — em políticas e estratégias não garante, por si só, mudanças reais no ambiente urbano ou no comportamento das pessoas. Existe o risco de usar a sustentabilidade mais como uma “marca” ou imagem, enquanto a cidade continua a funcionar basicamente da mesma forma.

Também é importante reconhecer que Espoo está em uma posição privilegiada, com bons recursos financeiros, equipes técnicas qualificadas e gestores experientes. Na Finlândia, o elevado grau de autonomia municipal pode resultar em administrações municipais eficientes, com estruturas organizacionais e métodos de trabalho bem estabelecidos. No entanto, esses modelos consolidados de gestão nem sempre são suficientes quando o que se exige são mudanças profundas.

Embora Espoo tenha iniciado alguns esforços para repensar suas práticas com foco na sustentabilidade, as metas adotadas parecem pouco ambiciosas e o ritmo das mudanças é lento diante da urgência imposta pela crise ambiental. Dessa forma, os progressos alcançados pela cidade na área da sustentabilidade merecem reconhecimento, mas é preciso cuidado para que prêmios e rótulos, como o de “pioneira em sustentabilidade”, não desviem a atenção dos desafios importantes que ainda precisam ser enfrentados.

Agradecimentos

Este trabalho recebeu financiamento da Academia da Finlândia [338335].

Referências

Halko, A.; Mäntysalo, R.; Purkarthofer, E. Engaging the United Nations’ Agenda 2030 in strategic governance of “Europe’s most sustainable city.” *Int J Urban Sustain Dev*, v. 16, n. 1, p. 1–16, 2024. <https://doi.org/10.1080/19463138.2023.2295324>

Helsingin Sanomat [Internet]. 2025 [cited 2026 Jan 30]. Kaupungit | Espoon ilmasto-työ on viherpesua, sanoo työtä johtanut Meri Löyttyniemi. Retrieved from: <https://www.hs.fi/pkseutu/art-2000011618920.html>

Jänicke, M. Ecological modernisation: new perspectives. *J Clean Prod*, v. 16, n. 5, p. 557–565, 2008. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2007.02.011>

Kanuri, C.; Revi, A.; Espey, J.; Kuhle, H. Getting started with the SDGs in Cities. A Guide for Stakeholders. Sustainable Development Solutions Network; 2016.

Purkarthofer, E.; Halko, A.; Mäntysalo, R. Turning global sustainability goals into local actions: The role of the Agenda 2030 and the SDGs in fostering integrative public leadership in Espoo, Finland. In: Brinkmann, R.; Oo, C.W. (ed). *The Palgrave Handbook on Practical Sustainability*. Springer: 2024. p. 585–603.

Valencia, S. C.; Simon, D.; Croese, S.; Nordqvist, J.; Oloko, M.; Sharma, T.; et al. Adapting the Sustainable Development Goals and the New Urban Agenda to the city level: Initial reflections from a comparative research project. *Int J Urban Sustain Dev*, v. 11, n. 1, p. 4–23, 2019. <http://dx.doi.org/10.1080/19463138.2019.1573172>

Zoeteman, B.; Mulder, R.; Smeets, R.; Wentink, C. Towards Sustainable EU Cities: A quantitative benchmark study of 114 European and 31 Dutch cities. Telos: 2016.



Pedro Roberto Jacobi

USP, Instituto de Energia e Ambiente

Pedro Henrique Torres

UNESP, Campus Litoral Paulista



ENTRE a AGENDA e O ABISMO: OS ODS DIANTE DAS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1562

OS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o combate à emergência climática atravessam um momento crítico (Frey et al., 2020). O impasse atual não decorre apenas da inação, mas de uma contradição estrutural entre a expansão contínua da economia global e os limites biofísicos do planeta. A crise do multilateralismo expressa a fragmentação de um sistema incapaz de conciliar crescimento material, estabilidade ecológica e justiça social; nesse contexto, a agenda climática passa a ser subordinada e se torna refém de complexas limitações geopolíticas, energéticas e financeiras (Frey et al., 2020). Em 14 de julho de 2025, a ONU lançou o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2025, sentenciando a “emergência de desenvolvimento global”, indicando que apenas 35% das metas dos ODS avançam no ritmo certo, quase 50% estão lentas e 18% retrocedem (United Nations, 2025).

A mudança climática se tornou força destruturadora transversal da Agenda 2030, comprometendo o progresso no combate à pobreza, na segurança alimentar e na gestão de recursos hídricos, além de desestabilizar diversas outras metas fundamentais. O aumento das temperaturas e dos eventos extremos amplia a fome, desigualdades de gênero, impacta a educação e a pobreza, além de aumentar riscos à saúde, atingindo de forma

desproporcional populações vulnerabilizadas nas cidades e em territórios de povos e comunidades tradicionais.

As ditas soluções também apresentam contraditórios e, muitas vezes, estão mais para falsas soluções: aquelas que aprofundam desigualdades e problemas estruturais. Um exemplo é o tema da transição energética. Embora cerca de 75% das emissões globais provenham da energia, a transição renovável permanece estagnada. Trata-se menos de um obstáculo técnico e mais da persistência de um regime energético enraizado na estrutura de poder do capitalismo contemporâneo (Torres, 2025). Combustíveis fósseis permanecem centrais porque sustentam um modelo de acumulação baseado na extração intensiva de recursos e na socialização dos custos ambientais. A transição energética, portanto, não é apenas tecnológica, mas arena de disputa distributiva e geopolítica, na qual interesses consolidados tendem a reconfigurar — e não substituir — o regime dominante.

No que tange ao financiamento, a assimetria é evidente e reforça o argumento acima. Em 2023, cerca de US\$220 bilhões foram destinados a soluções baseadas na natureza, enquanto aproximadamente US\$7,3 trilhões financiaram atividades prejudiciais à natureza, o que representa mais de 30 vezes esse valor

(UNEP, 2026). O bloqueio da ação climática não resulta da ausência de soluções, mas de um padrão que internaliza lucros e externaliza custos ambientais e sociais, associado à captura por interesses fósseis, à financeirização da natureza e à desigualdade no acesso ao capital (Torres, 2025). A vulnerabilidade climática não é aleatória, mas segue padrões históricos de desigualdade social, racial e territorial. Sob a hegemonia de políticas neoliberais — liberalização financeira, primazia do retorno de curto prazo e redução da capacidade regulatória dos Estados — a ação climática passa a competir com imperativos de rentabilidade, restringindo investimentos de longo prazo e dificultando transições justas, sobretudo nas economias periféricas.

A experiência brasileira demonstra que a Agenda 2030 não é um instrumento estático nem universalmente neutro. Em dezembro de 2023, foi instituída a Comissão Nacional para os ODS (CNODS), por meio do Decreto nº 11.704/2023, e criada a Câmara Temática do ODS 18 pela Resolução nº 2/2023 da CNODS. O ODS 18 — Igualdade Étnico-Racial — foi anunciado na 78ª Assembleia Geral da ONU e adotado voluntariamente pelo Brasil, reconhecendo que as desigualdades raciais estruturais não estavam plenamente contempladas nos 17 objetivos originais. Ao inserir a dimensão racial como eixo do desenvolvimento sustentável, o ODS 18 evidencia que a vulnerabilidade climática não é apenas ambiental, mas socialmente produzida, resultado de processos históricos de desigualdade, exclusão social e hierarquização territorial.

Nesse sentido, o debate em torno do ODS 18 revela a necessidade de territorializar e contextualizar a Agenda 2030, ajustando seus objetivos às realidades nacionais e às heranças estruturais de países do Sul Global marcados por colonialidade, concentração de renda e desigualdade socioambiental. Longe de representar ruptura com a Agenda, o ODS 18 expõe seus limites universais e indica que a efetividade dos ODS depende da incorporação de dimensões históricas e estruturais que condicionam tanto a vulnerabilidade climática quanto às possibilidades de uma transição justa.

Quando não territorializados e ajustados às realidades nacionais e locais, os ODS podem operar como dispositivos normativos que silenciam contradições históricas e naturalizam desigualdades estruturais. Em sociedades marcadas por colonialidade persistente, hierarquias raciais e assimetrias socioambientais profundas, a aplicação universalizada de metas globais tende a obscurecer relações de poder, deslocar custos e reproduzir padrões históricos de exclusão. Nessas condições, políticas climáticas formuladas sob marcos abstratos de desenvolvimento podem reforçar — e não superar — desigualdades ambientais, transferindo riscos e vulnerabilidades para populações já marginalizadas. Cruzar o abismo, portanto, não significa apenas acelerar a implementação da Agenda 2030, mas confrontar as estruturas que produzem desigualdade, dependência e degradação ecológica, reconhecendo que sem transformação material e distributiva a própria agenda corre o risco de legitimar as dinâmicas que pretende transformar.

Conclusão

A crise climática revela não apenas um problema ambiental, mas uma crise do próprio modelo de desenvolvimento. Sem enfrentar as estruturas que produzem simultaneamente degradação ecológica e desigualdade social, a Agenda 2030 corre o risco de reduzir-se a um instrumento formal de reporte e legitimação — um checklist institucional — mais voltado ao cumprimento procedimental de metas do que à transformação substantiva das bases materiais do desenvolvimento. Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável situam-se entre a agenda e o abismo, confrontados pelas contradições de um padrão de desenvolvimento que, ao mesmo tempo em que reconhece a urgência da transição ecológica, permanece ancorado em estruturas econômicas, financeiras e políticas que tendem a reproduzir desigualdade, dependência e degradação ambiental.

Agradecimentos

Agradecimentos à FAPESP. Processos: 2024/00949-5, 2025/01741-1.

Referências

FREY, K.; TORRES, P. H. C.; JACOBI, P. R.; RAMOS, R. F. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no contexto da Macrometrópole Paulista – desafios e perspectivas. In: FREY, K.; TORRES, P. H. C.; JACOBI, P. R.; RAMOS, R. F. (Orgs). **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Desafios para o planejamento e a governança ambiental na Macrometrópole Paulista**. 1. ed. Santo André: EdUFABC, 2020. p. 12-19.

TORRES, P. H. C. **Clima e capitalismo**. A Terra é Redonda, 6 nov. 2025. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/clima-e-capitalismo/> Acesso em: 18 fev. 2026.

UNITED NATIONS. **The Sustainable Development Goals Report 2025**. New York: United Nations, 2025. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2025/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2025.pdf> Acesso em: 18 fev. 2026.

UNEP. State of Finance for Nature 2026: **Nature in the Red: Powering the Trillion Dollar Nature Transition Economy**. Acesso em: 08 fev. 2026



Sebo/Biblioteca, Casa da Cultura Miguel Reale, São Bento do Sapucaí
Luís Gustavo Branco, 2025.



Ulrike Zeigermann

Universidade de Würzburg,
Centre Marc Bloch



Alemanha no caminho para 2030!

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1563

A política de sustentabilidade da Alemanha está estruturada em torno de sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (DNS), adotada pela primeira vez em 2002 e alinhada aos ODS em 2016 (Böcher, 2022). A atualização mais recente, em 2025, reafirma a sustentabilidade como princípio orientador em todos os ministérios (Governo Federal da Alemanha, 2025a). A coordenação ocorre no mais alto nível político: a Chancelaria Federal. Um Ministro de Estado para Sustentabilidade lidera um comitê de secretários de Estado de todos os ministérios. O Parlamento e o Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável, órgão independente, também desempenham papéis consultivos.

Na prática, a estratégia concentra-se em seis áreas de transformação:

- Bem-estar humano e justiça social;
- Ação climática e transição energética;
- Economia circular;
- Mobilidade e construção sustentáveis;
- Agricultura sustentável e sistemas alimentares;
- Ambiente livre de poluentes.

A Alemanha também acompanha o progresso por meio de um sistema de indicadores administrado pelo Departamento Federal de Estatística. A cada dois anos, relatórios avaliam

se o país está no caminho certo. Em 2023, o relatório “Fora do Rumo” destacou em quais áreas a Alemanha está ficando para trás.

O arranjo institucional geral é muito robusto. Pesquisadores descrevem a Alemanha como um “Estado emergente de sustentabilidade” – ou seja, um país que dispõe de muitas das instituições formais necessárias para governar o desenvolvimento sustentável (Rose, 2025). Ainda assim, instituições por si só não garantem resultados.

A estrutura federativa alemã confere poder significativo aos seus 16 estados (Länder) e aos municípios. Cidades e regiões são responsáveis por muitas políticas relacionadas aos ODS, como educação, habitação, transporte, planejamento territorial e ação climática local. Isso cria oportunidades de inovação. Mais de 265 municípios assumiram o compromisso de implementar os ODS em nível local (Governo Federal da Alemanha, 2025b). Algumas cidades adotaram estratégias de sustentabilidade, criaram órgãos específicos e instituíram sistemas de monitoramento.

Mas o quadro é desigual. Pesquisas mostram que, embora muitas cidades adotem a linguagem da sustentabilidade, apenas uma minoria possui estratégias abrangentes implementadas (Schwarz, 2025). Cidades mais ricas, com maior capacidade administrativa, tendem a avançar mais rapidamente. Municípios menores ou com restrições financeiras fre-

quentemente enfrentam dificuldades. A ação climática, por exemplo, permanece voluntária no nível local. Como resultado, há grande variação em termos de ambição e implementação. Essa diversidade pode estimular a experimentação, mas também tende a aprofundar as desigualdades territoriais.

Em síntese, o sistema de governança multinível da Alemanha é, ao mesmo tempo, uma força e um desafio. A ambição nacional precisa ser traduzida para a realidade local – e essa tradução não ocorre automaticamente.

Avaliando a Implementação dos ODS na Alemanha

A terceira Revisão Nacional Voluntária (RNV) da Alemanha, em 2025, apresenta um quadro misto da implementação dos ODS no país (Governo Federal da Alemanha, 2025b). Entre as áreas de progresso visível estão a expansão das energias renováveis, uma legislação climática robusta, o amplo compromisso institucional com a sustentabilidade e o aumento da participação de atores sociais.

Ao mesmo tempo, segundo o monitoramento oficial, 33 dos 75 indicadores de sustentabilidade correm atualmente o risco de não atingir suas metas (Comitê de Secretários de Estado para o Desenvolvimento Sustentável, 2023). Áreas problemáticas incluem a redução de gases de efeito estufa, os sistemas agrícolas e alimentares, a poluição, a diferença salarial de gênero, as taxas de obesidade e o abandono escolar precoce.

Talvez o dado mais marcante seja o desempenho da Alemanha no Índice Global de Spillover, que mede como os padrões de consumo e produção de um país afetam outros países. No Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2025, a Alemanha ocupa apenas a 146ª posição entre 167 países (Sachs et al., 2025). O alto consumo de recursos, as emissões de gases de efeito estufa e os impactos ambientais incorporados às cadeias globais de suprimento ajudam a explicar essa colocação desfavorável.

Isso revela um problema mais profundo: mesmo que as políticas domésticas melhorem, o modelo econômico alemão, baseado em alto consumo e produção industrial, gera pressões de sustentabilidade além de suas fronteiras.

Desde 2015, a Alemanha tem buscado integrar a sustentabilidade em diferentes políticas setoriais. Ferramentas digitais como a avaliação eletrônica de sustentabilidade são utilizadas no processo legislativo. Ministérios apresentam relatórios de sustentabilidade e a coordenação interministerial melhorou.

No entanto, a fragmentação estrutural persiste. Agricultura, transporte, indústria, defesa e política econômica seguem lógicas próprias. Barganhas políticas, interesses estabelecidos e paradigmas econômicos consolidados limitam mudanças mais profundas. Como resultado, a integração da sustentabilidade frequentemente avança por meio de melhorias procedimentais, e não por mudanças fundamentais nas prioridades políticas ou na alocação orçamentária. Existe o risco de que, nos anos finais até 2030, a sustentabilidade se torne um exercício de prestação de contas, e não um motor de transformação estrutural.

Três Grandes Desafios pela Frente

À medida que 2030 se aproxima, três grandes desafios de governança se destacam.

Primeiro, a sustentabilidade exige planejamento de longo prazo, enquanto a política costuma operar em ciclos curtos. Crises econômicas, choques nos preços da energia ou preocupações com segurança podem rapidamente alterar prioridades. A Alemanha já observou como debates sobre custo de vida e segurança energética podem, temporariamente, ofuscar metas climáticas. Mesmo com instituições sólidas, a atenção política pode se dispersar. Manter compromissos de longo prazo em tempos de crise será um teste decisivo.

Segundo, muitas metas dos ODS dependem da implementação local, desde a mobilidade sustentável até a política habitacional. Quando os estados federados (Länder) oferecem financiamento, orientação e coordenação, os municípios conseguem ampliar boas práticas. Quando esse apoio é insuficiente, as lacunas de implementação se ampliam. O progresso futuro da Alemanha dependerá, fortemente, de saber se as ambições nacionais serão acompanhadas por apoio financeiro e administrativo suficiente nos níveis subnacionais.

Terceiro, pesquisadores argumentam que a Alemanha enfrenta um “teto de transformação” (Hausknot, 2022). Embora a regulação ambiental tenha se expandido, mudanças estruturais mais profundas permanecem limitadas pela dependência do crescimento econômico, pela infraestrutura baseada em combustíveis fósseis, por padrões de ocupação territorial dependentes do automóvel e por estilos de vida intensivos em recursos. Ganhos incrementais de eficiência por meio de melhor tecnologia e produção mais limpa, podem não ser suficientes para alcançar a visão transformadora dos ODS.

Os ODS oferecem um marco amplo e uma linguagem compartilhada. Contudo, não podem, por si só, resolver conflitos distributivos ou redefinir prioridades econômicas.

Conclusões

A Alemanha construiu uma impressionante arquitetura de governança para a sustentabilidade: as instituições estão estabelecidas, os sistemas de monitoramento funcionam, há estruturas de liderança política e a participação social aumentou.

No entanto, os resultados revelam uma história mais complexa: muitos indicadores estão fora do rumo, os impactos ambientais globais permanecem elevados, a implementação subnacional é desigual e a integração de políticas ainda é parcial.

Nos últimos cinco anos até 2030, portanto, será menos uma questão de ajustes técnicos e mais uma questão de decisões políticas: a Alemanha alinhará os orçamentos públicos, os incentivos econômicos e as medidas políticas setoriais de forma mais consistente com os objetivos de sustentabilidade? Apoiará os municípios a colmatar lacunas de capacidade? Abordará os elevados padrões de consumo e os custos ambientais externalizados? Ou a sustentabilidade continuará a ser predominantemente incremental, ou seja, melhorará a eficiência sem alterar fundamentalmente o modelo de desenvolvimento do país?

Em última análise, o caminho da Alemanha até 2030 é um teste de governança. Estratégias, indicadores e comitês por si só não são suficientes. A questão decisiva é se a sustentabilidade se tornará o princípio orientador das políticas públicas ou se continuará sendo um objetivo entre muitos outros que competem por prioridade.

Se a Alemanha conseguir transformar suas sólidas bases institucionais em ações coerentes, multifacetadas e transformadoras, poderá servir de importante exemplo para outros países. Caso contrário, poderá revelar os limites da construção de um Estado sustentável em sociedades orientadas para o consumo.

Os próximos cinco anos mostrarão se as ambições sustentáveis da Alemanha estão à altura da magnitude dos desafios globais que se avizinham.

Referências

Böcher, M. 2022. “Nachhaltigkeit als Politikfeld in Deutschland (Sustainability as a Policy Area in Germany).” *Bürger Und Staat* 72 (4): 169–177.

Federal Government of Germany. (2025a). Shaping transformation together. German Sustainable Development Strategy: Update 2025 <https://www.bundesregierung.de/resource/blob/998440/2354316/e41c43aab6ad2a8d5aec54e9264a48b3/2025-05-13-dns-2025-en-data.pdf?download=1>

Federal Government of Germany. (2025b). Germany’s Third Voluntary National Review to the HLPF 2025. <https://www.bundesregierung.de/resource/blob/975228/2387726/130257eb34fd5aeb653a91895faef41e/2025-10-07-hlpf-vnr-2025-englisch-data.pdf>

Hausknost, D. (2020). The environmental state and the glass ceiling of transformation. *Environmental Politics*, 29(1), 17–37. <https://doi.org/10.1080/09644016.2019.1680062>

Rose, M. (2025). From the environmental state to the sustainability state? Conceptualization, indicators, and examples. *Sustainability: Science, Practice and Policy*, 21(1), 2463188. <https://doi.org/10.1080/15487733.2025.2463188>

Sachs, J.D., Lafortune, G., Fuller, G., Lablonovski, G. (2025). Financing Sustainable Development to 2030 and Mid-Century. Sustainable Development Report 2025. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University Press. <https://doi.org/10.25546/111909>

Schwarz, S. K. (2025). Urban sustainability commitment in Germany – attempts to nail a pudding to the wall. *European Planning Studies*, 33(1), 42–62. <https://doi.org/10.1080/09654313.2024.2410237>



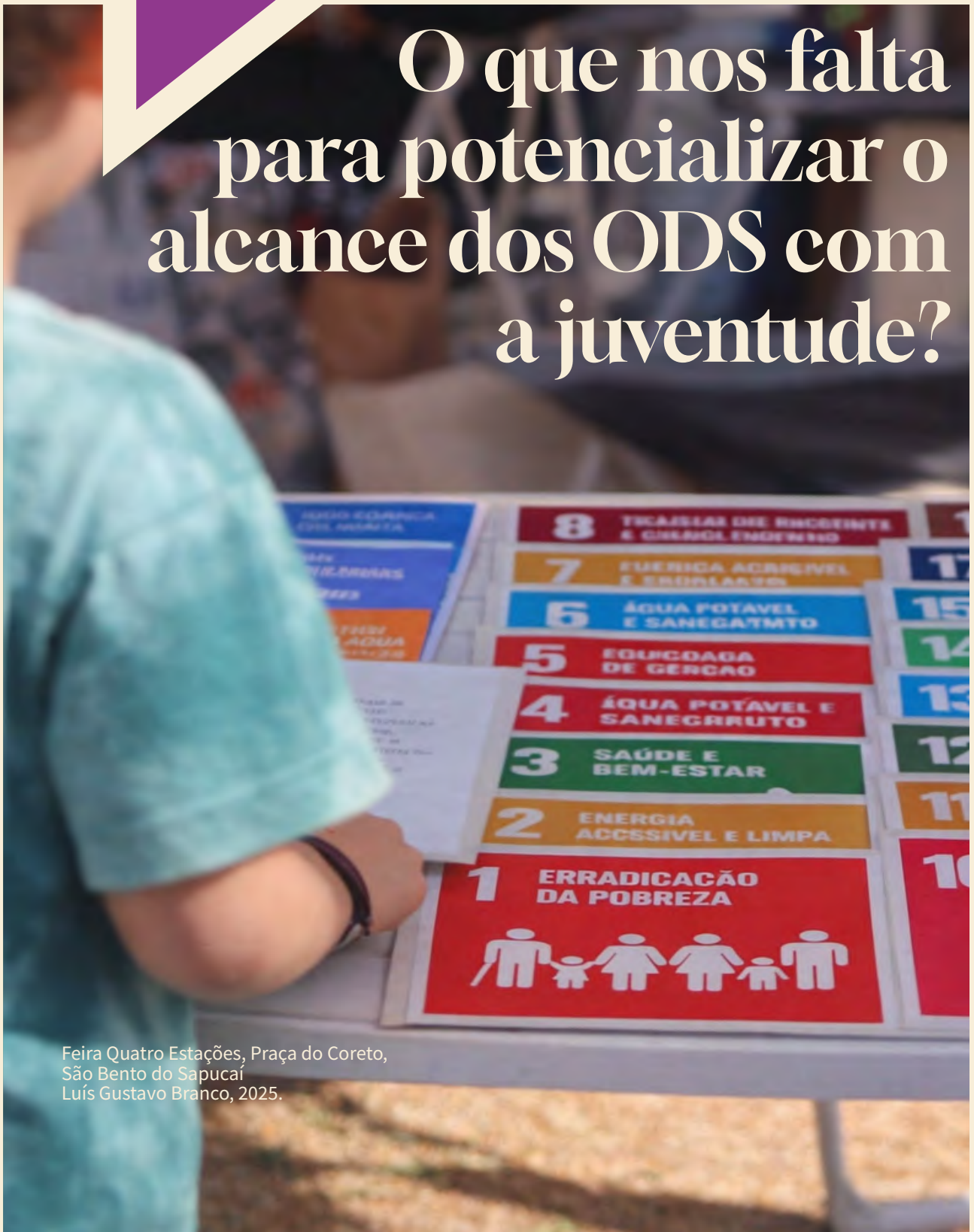
Mirante do Cruzeiro,
São Bento do Sapucaí
Luís Gustavo Branco, 2025.

ENTRE- VISTAS



O que nos falta
para potencializar o
alcance dos ODS com
a juventude?

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1564



Feira Quatro Estações, Praça do Coreto,
São Bento do Sapucaí
Luís Gustavo Branco, 2025.



Mariana Bezerra Lyra

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)



por: **Nádia Jarouche Aun
e Samanta Borges Pereira**

NJA: Obrigada por aceitar nosso convite. Começo pedindo para contar sua história de vida e como se aproxima do debate sobre a sustentabilidade?

ML: Quero aproveitar para agradecer pelo convite e pela possibilidade de contribuir com essa discussão. É uma honra! Eu me formei em Administração, na Universidade Estadual de Pernambuco. Lá, conheci um projeto da Federação Nacional dos Estudantes de Administração, que trabalhava com a gestão de projetos sociais. Eu participei da coordenação desse projeto em nível nacional - era um projeto financiado pela Fundação Kelloggs - e isso me abriu várias oportunidades. O Desenvolvimento Social foi o grande encontro com aquilo que me interessava de verdade. Outro momento de virada de chave foi o livro "O artista do invisível", de Allan Kaplan e por isso, fiz um curso fora do Brasil na área de facilitação de processos, o que me motivou a fazer uma especialização (2015-2017) em práticas sociais reflexivas com ele. Trabalhei no Observatório do Recife (2010-2012), que integrava a Rede das Cidades Sustentáveis. Nós acompanhamos o desenvolvimento de Recife a partir de indicadores de qualidade de vida pautados nos ODS (na época ODM). A proposta era trazer mais concretude para essa ferramenta.

O GRANDE DESAFIO DOS ODS É TRANSFORMAR DISCURSO EM CONCRETUDE



Como é que a gente traz concretude para essa discussão dos ODS? Em 2012, eu fui para Gestão Pública e estou até agora. Passei pelo governo do estado de Pernambuco, pelas prefeituras de Jaboatão dos Guararapes e do Recife e agora estou na Fiocruz, no setor de cooperação social. É um trabalho que pensa maneiras de contribuir com as articulações entre atores sociais e estimular iniciativas para a redução da desigualdade social. O setor que trabalho se dedica a fazer um diálogo mais direto com os movimentos sociais, com a sociedade civil e com o poder público.

NJA: Quando a juventude começou a ser considerada na discussão sobre o desenvolvimento?

ML: A discussão, no Brasil, é recente. Em 1985, a ONU proclamou o ano internacional da juventude, que determinou que os países comesçassem a investir nesse campo em razão dos desafios socioeconômicos que esse público representava. No Brasil, começamos a estruturar melhor as políticas a partir dos anos 2000, quando se criou a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional de Juventude. Nós fomos o penúltimo país da América Latina a instituir uma política de juventude. Só conseguimos garantir os seus direitos em 2010, quando foi feito o acréscimo do termo jovem na Constituição. Em seguida, veio o Estatuto da Juventude (2013). Mas a percepção que essa categoria representa um dos segmentos mais frágeis da sociedade surge na década de 90 junto com a discussão sobre políticas públicas. As juventudes estão em um processo de transição, tentando sair da adolescência e criando sua autonomia.

POR ISSO, PENSAR JUVENTUDE EXIGE UM OLHAR INTERSETORIAL



E quando falamos do desenvolvimento, não é só econômico, é no sentido de continuidade de uma geração. Como é que se renova uma geração pensando no seu papel como cidadão e na garantia dos seus direitos?

NJA: Você entende que os 17 ODS conseguem estabelecer um bom canal de diálogo com esse público?

ML: Ainda é distante. A minha percepção, a partir das conversas que desenvolvemos em Pernambuco, é que a discussão não se desenvolve para uma questão mais prática de entendimento e vivência territorial. Se conseguíssemos trazer esse tema para dimensões práticas, poderia ajudar, porque os conteúdos dos ODS são muito relevantes, discutem justamente o que a juventude deseja. O tema do meio ambiente é uma pauta que mobiliza fortemente as juventudes. Diversas pesquisas sobre o perfil da juventude brasileira indicam que a questão ambiental está entre os assuntos de maior interesse desse público. Mas os ODS ainda são um tema distante da realidade, principalmente para a periferia. O movimento Cidades Sustentáveis tentou trazer um cardápio de indicadores, em uma tentativa de concretizar os ODS. Mas eu ainda os vejo como uma ferramenta para ser utilizada no campo estratégico, como uma referência que pode contribuir com a redução das desigualdades. Até porque é um desafio muito grande para as pessoas entenderem o que é um indicador, ou uma meta, mais um motivo para popularizar essa discussão.

O MAIOR DESAFIO NÃO É DISCUTIR — É POPULARIZAR. SEM LINGUAGEM ACESSÍVEL, NÃO HÁ PARTICIPAÇÃO REAL.



NJA: Como você classifica o trabalho do projeto Cidades Sustentáveis em relação aos ODS?

ML: Nós fazíamos uma discussão com o segmento empresarial que entendia a importância da sustentabilidade. O objetivo era proporcionar um espaço de diálogo entre eles, a gestão pública e a sociedade civil, mas que ficava muito restrito. Não conseguíamos levar essa discussão para a periferia. Vinham arquitetos, gestores, pesquisadores, nós fazíamos várias discussões para falar sobre indicadores com as referências dos ODS, mas era difícil levar essa discussão ao território. Nós éramos questionados justamente por não conseguirmos pulverizar esse diálogo. Por isso, o desafio também foi sobre como popularizar. Quais estratégias precisam ser adotadas nesse contexto? E qual linguagem e relações devem ser empregadas para ampliar a discussão sobre o tema?

SBP: O que você entende que é papel e responsabilidade dos diferentes atores, no alcance dos ODS: governo local, sociedade civil, iniciativa privada, juventude?

A DESIGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO É CENTRAL NO DEBATE BRASILEIRO



ML: Partimos de um referencial muito distante das realidades. É preciso criar referências a partir da experiência de cada público. Os ODS ajudam a trazer um olhar ampliado para algumas questões que, às vezes, não tomamos consciência. Na gestão pública, a perspectiva é a do controle social para qualificar o desenvolvimento da cidade. No meu entendimento, considerando a Prefeitura de Recife, seria uma função da secretaria de planejamento e gestão, que faria essa ponte com todas as secretarias. O trabalho com os ODS demanda uma articulação intersetorial, que é outro desafio na gestão pública, além da mudança de cultura organizacional, que requer tempo. Mas muitos jovens estão dialogando com temas relacionados aos ODS, como racismo ambiental, clima, a questão racial. Especificamente

no Brasil, a dimensão racial e de gênero são temas muito presentes. Agora, quando olhamos para a juventude da classe média, eles se sentem mais à vontade com essa discussão do desenvolvimento sustentável.

NJA: Poderia nos falar sobre a proposta do Brasil de criação do ODS 18 - Igualdade étnico-racial?

ML: É um tema muito presente na juventude, tanto que foi desenvolvido um Plano Nacional da Juventude Negra Viva pelo Ministério de Igualdade Racial junto com a Secretaria Nacional de Juventude. É uma demanda histórica! Esse plano surge em 2012 e foi atualizado em 2023, quando surge a proposta do ODS 18, construído dentro do Ministério de Igualdade Racial. Eu entendo como um ODS importante e se conecta com a realidade de vários outros países.

O ODS 18 responde a uma demanda histórica da juventude negra



SBP: Quais são as suas críticas aos ODS?

ML: A minha crítica é sobre a forma como o tema chega para discussão, de cima para baixo. Os espaços proporcionados são muito elitizados e não popularizam a discussão. Vejo referências internacionais e é mais difícil se identificar com elas. Então, como é que podemos trazer mais referências locais para discutir e aproximar os ODS das pessoas? Imagino que tenha muita experiência dentro da América do Sul, desde experiências práticas até discussões teóricas e que temos coisas em comum. Todos nós vivemos muita desigualdade social e o nosso desenvolvimento partiu de uma colonização então, como é que tornamos esses elementos mais presentes? Do contrário, distancia, porque as realidades discutidas são muito diferentes e as pessoas não conseguem se ver no processo, transformando os ODS em referência e não em ferramenta de trabalho.

OS ODS ainda chegam de cima para baixo... sem identificação, os ODS viram apenas uma referência, não uma ferramenta



NJA: É possível fazer um paralelo entre os dados produzidos em um instituto como a Fiocruz e dentro da gestão pública?

ML: Estou há pouco tempo na Fiocruz, sei que existe uma discussão sobre os ODS, mas com pouca aplicação prática. A fundação opera com muita emenda parlamentar, então, é importante acompanhar, monitorar e prestar contas dos recursos. Existe um setor específico para fazer o monitoramento do trabalho desenvolvido e a Fiocruz promove pesquisas que subsidiam políticas públicas, por isso esse trabalho é essencial. Quando eu estava na gestão pública municipal, eu provocava meus colegas no sentido de pensar modelos de diagnóstico a partir de dados secundários, para tentar suprir a deficiência de recurso e pessoal, e para prover uma base de entendimento sobre nossa realidade local e com isso, enfrentar os desafios e as desigualdades. Mas, temos pouca flexibilidade na execução, principalmente a orçamentária, na área de juventude.

NJA: Quando se decide o caminho de uma nova pesquisa a ser realizada, existe alguma referência aos ODS?

ML: Na área de juventude e saúde, a primeira coisa que se fez para trabalhar essa temática é um estudo sobre o estado da arte de todas as pesquisas já realizadas por pesquisadores da Fiocruz. A partir daí buscamos entender os caminhos já trilhados e por onde poderíamos seguir. São levantamentos que nos direcionam. O nosso trabalho de diálogo com o território identificou que alguns temas são muito comuns, como o direito sexual reprodutivo e políticas sobre drogas. Mas outros temas são emergenciais, como a saúde mental dos jovens, a precarização do trabalho. Esses são

os nossos pontos de partida, mas ainda não estabelecemos esse diálogo com os ODS de forma concreta.

NJA: Você acha que os ODS podem ser uma ferramenta de aproximação entre as instituições e a sociedade civil?

ML: Ela ajuda a proporcionar uma mudança de cultura dentro das instituições, dependendo da forma como essa ferramenta é utilizada e dos gestores que estão à frente desse processo. Podem ser utilizadas como estratégias para se criar uma cultura intersetorial e proporcionar discussões de temas importantes para a sociedade como a desigualdade social. Mas é preciso um olhar estratégico para entender como essas temáticas podem ser inseridas e como elas podem agregar. Talvez desenvolver metodologias que falem sobre como essa ferramenta pode ser utilizada. Ainda é preciso desenvolver algo a partir da nossa realidade, com referências reais e conceituais.

Agradecimentos

As entrevistadoras Nádia Jarouche Aun e Samanta Borges Pereira têm seus trabalhos apoiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processos no 2023/10192-6, 2024/07979-7, 2024/14484-4.

**PRECISAMOS
TRANSFORMAR
DADOS em
DIAGNÓSTICO e
ação...**

**Ainda não
CONSEGUIMOS
CONECTAR
esses temas
DIRETAMENTE aos
ODS...**

**OS ODS ainda
PRECISAM SE
TORNAR uma
FERRAMENTA
VIVA.**

ENTRE- VISTAS



Agenda 2030: desafios e caminhos para sua implementação no Brasil

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1565

Feira Quatro Estações, Praça do Coreto,
São Bento do Sapucaí
Luís Gustavo Branco, 2025.



Nina Orlow

Coordenadora do Movimento Nacional
ODS de São Paulo (MNODS-SP)



por: **Samanta Borges Pereira**

SBP: Nina, obrigada por nos conceder esta entrevista! Gostaria de começar perguntando quais são os principais desafios na implementação dos ODS no Brasil?

NO: Estamos no período crítico decisivo para acelerar a implementação dos ODS. Nesse sentido, a reconstituição, em 2023, da **Comissão Nacional para os ODS (CNOODS)** no âmbito do Gabinete da Presidência da República, paritária, com representantes dos Ministérios, Institutos governamentais e representantes da sociedade civil, trouxe novo alento ao cumprimento da Agenda 2030 no país. Reestabeleceu-se uma instância estratégica de articulação, tendo a participação social como sinal de prioridade política, assumindo a coordenação, o acompanhamento, a mobilização e a disseminação dos ODS. O engajamento de diferentes setores garante a visão interdisciplinar para impulsionar ações concretas rumo ao alcance das metas da Agenda 2030 no Brasil.

Incorporar a visão integrada dos ODS nas políticas públicas ou nas iniciativas cidadãs não é tarefa simples. Os processos e estruturas ainda são, em grande medida, compartimentados e organizados de forma fragmentada, dificultando a transversalidade, a articulação e a implementação coordenada dessa Agenda.

Outro desafio relevante é a insuficiência de dados desagregados em nível local, bem como de indicadores para o monitoramento e avaliação, capazes de subsidiar diagnósticos precisos para mensurar os avanços na implementação dos ODS. Também é limitada a incorporação da prática contínua de medir, monitorar e avaliar resultados. Portanto, se não sabemos com precisão onde estamos,

torna-se frágil e imprecisa a definição de onde queremos chegar e quais metas, prioridades e estratégias necessárias para alcançar os resultados de melhoria da qualidade de vida local. A visão e a implementação de ações integradas ainda constituem um dos grandes desafios, o que seria uma importante estratégia para otimizar resultados e potencializar impactos positivos.

A FRAGMENTAÇÃO DAS ESTRUTURAS PÚBLICAS AINDA IMPEDE A TRANSVERSALIDADE NECESSÁRIA



SBP: Como você entende o papel das ações integradas na implementação dos ODS?

NO: Não é raro que, em uma mesma cidade, Secretários ou gestores públicos de pastas distintas, com responsabilidades diretamente relacionadas, desconheçam os programas desenvolvidos uns pelos outros, resultando em sobreposição de esforços, perda de sinergias e menor efetividade das políticas públicas, inclusive desperdício de recursos. Essa falta de articulação entre as diferentes pastas municipais e, comumente, não envolvendo a sociedade civil, compromete a abordagem transversal necessária à implementação dos ODS. Por exemplo, não é possível garantir saúde (ODS 3) sem água limpa e saneamento (ODS 6). A adoção dos preceitos da Agenda 2030 por todos os técnicos e funcionários fortalece a atuação dos governos locais e tende

a apresentar resultados mais efetivos e maior coesão.

NÃO É POSSÍVEL GARANTIR SAÚDE SEM SANEAMENTO E ÁGUA LIMPA



Como exemplo, pode ser citada a ex-prefeita Renata Sene, da cidade de [Francisco Morato/SP](#), que incorporou os ODS na gestão municipal, tendo continuidade na gestão atual. A [cidade de Santos](#), em 2025, mapeou e cadastrou mais de 3 mil iniciativas integradas com os ODS, incentivadas pela atual gestão, liderada pelo profissional Fábio Tatsubô.

SBP: Poderia nos falar sobre o papel dos diferentes atores no alcance dos ODS?

NO: O cumprimento das metas dos ODS depende, em grande parte, das políticas públicas nacionais, estaduais e, principalmente, municipais e locais, e tem mais efetividade quando construídas e implementadas em parceria com a sociedade civil, empresas, universidades e instituições. Constituir conselhos locais ou comissões integrando representantes desses setores pode representar, inclusive, avanços para além das metas estabelecidas na Agenda 2030. É importante ressaltar que apenas cumprir metas não significa que determinados problemas estejam resolvidos e lembrar que as metas da Agenda 2030 foram estabelecidas globalmente. Portanto, é fundamental definir quais indicadores melhor demonstram a realidade local e quais estratégias deverão ser adotadas para cumprir e superar as metas.

A DESIGUALDADE É O PRINCIPAL DESAFIO PARA IMPLEMENTAR OS ODS NO BRASIL



No Brasil, as metas dos ODS foram adaptadas à realidade nacional pelo [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada \(IPEA\)](#), o que contribuiu para orientar a definição de estratégias mais adequadas ao seu cumprimento.

Citando como exemplo, a [primeira meta do ODS 3](#), que estabeleceu “Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos até 2030”, no ano de 2015 já tinha sido atingida na média no Estado de São Paulo e no Brasil, respectivamente 49/100.000 e 60/100.000. Porém, observou-se que os indicadores ainda estavam superiores ao de países desenvolvidos. Atualmente, a meta estabelecida no Brasil é reduzir a mortalidade materna para 30/100.000.

Instrumentos com dados atualizados anualmente, como o [Relatório Luz](#) — elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030/GTSC A2030) — analisam a implementação dos ODS no país e apresentam recomendações para o aperfeiçoamento das políticas públicas desde 2017. O IBGE também lançou uma publicação sobre a [Agenda 2030 e os 10 anos dos ODS](#).

CONHECER O TERRITÓRIO É O PRIMEIRO PASSO PARA AGIR



O [Relatório Nacional Voluntário \(RNV\)](#) também é um instrumento relevante de monitoramento da Agenda 2030. Elaborado pelo Governo Federal de forma transparente, permite avaliar a situação dos ODS e estabelecer caminhos para fortalecer sua implementação nos âmbitos nacional, estadual e municipal.

Outro documento de referência é o elaborado pelo [Instituto Cidades Sustentáveis \(ICS\)](#), por meio do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), que elabora o [Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades \(IDSC\)](#) e avalia os 5.570 municípios brasileiros quanto ao cumprimento dos ODS, com base em indicadores oficiais. A análise desses indicadores eviden-

cia o principal desafio para a implementação da Agenda 2030: a profunda desigualdade existente no país e nos municípios brasileiros, que só conseguiremos superar com a participação cidadã. É fundamental o conhecimento da realidade local e o constante empenho em incidir na formulação de políticas públicas, no monitoramento dos gastos, na definição de prioridades e na sua implementação. Essa participação requer um ambiente democrático, transparência e, em última instância, o exercício responsável do voto na escolha de seus representantes.

SBP: Como surgiu a proposta brasileira de criação do ODS 18 – Igualdade étnico-racial e qual a sua relevância?

NO: Diante da persistente vulnerabilidade no enfrentamento da desigualdade no país, a CNODS reconheceu a necessidade de instituir um novo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, o **ODS 18**, anunciado em 2023, voltado à promoção da Igualdade Étnico-Racial. Visa eliminar o racismo e a discriminação étnico-racial contra povos indígenas, afrodescendentes e grupos populacionais afetados por múltiplas formas de discriminação, configurando-se uma prioridade estratégica no contexto brasileiro. Essa iniciativa voluntária do Brasil foi anunciada na 78ª Assembleia Geral da ONU.

Sabemos que é um fenômeno enraizado na nossa sociedade e que perpetua a desigualdade colocando essas populações em desvantagem devendo ser enfrentado e combatido no contexto integrado com os outros ODS.

ELIMINAR O RACISMO É UMA PRIORIDADE ESTRATÉGICA NO BRASIL



Para efetivar o ODS 18, no âmbito da CNODS foi criada a Câmara Temática ODS 18, para dar continuidade às discussões, elaborar um plano de trabalho, estabelecer metas e meios de implementação, disseminar os inúmeros trabalhos existentes no país e constituir o **Observatório ODS 18**, como instrumento de apoio

no acompanhamento e monitoramento.

Por ser recente, o ODS 18 precisa ser continuamente difundido de forma ampla, pois constitui um marco relevante na implementação da Agenda 2030 no Brasil. Sua incorporação é fundamental e deve permear, de forma transversal, todos os projetos, políticas e ações como expressão concreta do compromisso com a promoção da igualdade étnico-racial e com o princípio da Agenda 2030 de não deixar ninguém para trás.

SBP: Gostaria que você nos falasse sobre o Movimento Nacional ODS e sua atuação.

NO: Com a missão de mobilizar e articular governos e sociedade civil para a promoção e implementação integrada dos ODS, o **Movimento Nacional ODS (MNODS)**, formado por voluntários por meio de seus Núcleos Locais nas 27 Unidades Federativas, tem contribuído ativamente para fortalecer a territorialização da Agenda 2030.

Incentiva a atuação territorial colaborativa, com base em indicadores que reflitam as realidades locais e, principalmente, a garantia da participação social de diversos setores da sociedade.

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ODS DEPENDE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL



A atualização permanente constitui um princípio na atuação do MNODS, que busca fundamentar suas ações em fontes oficiais, nacionais e internacionais, como a CNODS, a **Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)** e agências das Nações Unidas, a exemplo o **PNUD**, o **PNUMA** e a **OMS**, que oferecem cursos, publicações, acervos e atividades formativas.

O MNODS, integrante da CNODS, incentiva a adesão voluntária dos governos municipais ao Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável – Compromisso “Meu Município pelos ODS”, iniciativa do Governo Federal. O Pacto disponibiliza ferramentas de planejamento e gestão,

formações e capacitações técnicas e o mapeamento de linhas de financiamento voltadas ao desenvolvimento sustentável. Também estimula os Governos Locais a criação de Comissões Municipais participativas e intersetoriais para os ODS, a elaboração de diagnóstico situacional, a definição de planos de ação com metas, a realização de avaliações periódicas e a elaboração de Relatórios Locais Voluntários.

SBP: Para encerrarmos, que balanço você faz sobre a implementação da Agenda 2030 no Brasil e os caminhos para seu fortalecimento?

NO: Desde a sua aprovação, a Agenda 2030 traz consigo o desafio de transformar um pacto global, inserido no sistema global diverso, em ações efetivas no âmbito local, reconhecendo as diferentes realidades, valorizando os saberes ancestrais e promovendo a prosperidade de forma sustentável e inclusiva.

Muito se agregou nesse propósito o novo ODS 18 que, aplicado em conjunto com os outros ODS, tem trazido o merecido e desejado diferencial para o Brasil. Está vinculado diretamente aos ODS 1 (Erradicação da pobreza) e ODS 10 (Diminuição das desigualdades).

A implementação e a atualização integrada das metas, especialmente adaptadas à realidade brasileira, exigem aprendizado contínuo e escuta qualificada das demandas das comunidades, sendo viabilizadas por meio de parcerias, sendo os ODS 16 e 17 (Paz, justiça e instituições eficazes e Parcerias e meio de implementação) fundamentais como base de atuação, garantia da participação e a democracia.

Os desafios dos impactos climáticos (ODS 13), diante dos diversos interesses econômicos globais em manter o status quo, impactam negativamente todos os demais ODS, especialmente aqueles relacionados aos padrões de produção e consumo (ODS 12), à vida na terra (ODS 15), à vida na água (ODS 14), à disponibilidade de alimentos (ODS 2), à saúde (ODS 3) e à vida nas cidades (ODS 11). Esse enfrentamento depende intrinsecamente de ações articuladas nos níveis global, nacional e local.

Os avanços em soluções e projetos relacionados à energia limpa e acessível (ODS 7), à água limpa e saneamento (ODS 6) e à indús-

tria, inovação e infraestrutura (ODS 9) devem ser monitorados continuamente, uma vez que nem sempre atendem às demandas reais da população ou alcançam os níveis esperados de eficiência e eficácia.

A EDUCAÇÃO É O EIXO ESTRUTURANTE PARA O SUCESSO DA AGENDA 2030



Nesse cenário, destaca-se o papel estruturante do ODS 4 (Educação de qualidade). Tem relação direta com os ODS 5 (Igualdade de gênero) e ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico). Inclui a educação ambiental, formal e não formal, as ações de sensibilização e comunicação, fundamentais para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a sustentabilidade, voltados a prevenir e solucionar problemas socioambientais, desenvolvendo, resgatando habilidades para uma vida mais plena, com o cuidado, o respeito e a transformação social. A aceleração dos investimentos em educação de qualidade, em todo o território brasileiro, é condição essencial para o êxito na implementação da Agenda 2030.

Agradecimentos

A entrevistadora Samanta Borges Pereira tem seu trabalho apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processos nº 2023/10192-6, 2024/07979-7.

Mirante do Cruzeiro,
São Bento do Sapucaí
Luís Gustavo Branco, 2025.



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como guia para políticas públicas em municípios pequenos



Luís Gustavo Branco
Universidade Federal do ABC

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1566

A Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apresentam uma nova forma para a concepção do desenvolvimento sustentável no debate internacional, posto que a escala local ganhou centralidade. Além de oferecer indicadores e metas de sustentabilidade, a estrutura inovadora dos ODS aponta para mudanças nos modos de governança, ao propor abordagens integradas e orientadas por evidências (Bornemann; Weiland, 2021).

No entanto, a incorporação dessa agenda nos territórios não ocorre de forma automática. No Brasil, onde a maioria dos municípios é de pequeno porte (cerca de 88% possuem menos de 50 mil habitantes), a implementação dos ODS esbarra em limitações estru-

turais, como baixa capacidade estatal, escassez de dados e insuficiência orçamentária. Assim, a utilização de tecnologias e instrumentos externos pode auxiliar os processos internos da gestão pública local. Essas ferramentas ajudam a garantir melhores resultados diante do aumento dos problemas complexos.

Com isso, pensar nos ODS como guia para políticas públicas em municípios pequenos possibilita uma abordagem inovadora, capaz de traduzir esses objetivos globais para a realidade local. Ferramentas de sistematização e monitoramento, como o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), tornam-se centrais nesse processo ao viabilizar a tomada de decisão baseada em evidências e fortalecer as capaci-

dades locais de planejamento e governança.

Os ODS e o IDSC-BR como instrumentos de política pública

O IDSC-BR constitui uma inovação no campo das políticas públicas ao operacionalizar os ODS na escala municipal. Este índice é uma iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis e garantiu que o Brasil fosse o primeiro país do mundo a avaliar o andamento das cidades no cumprimento da Agenda 2030 (Brasil, 2022). Esta ferramenta foi desenvolvida com base em indicadores oficiais e públicos, levando em consideração os dados disponíveis em nível nacional. Assim, permite uma análise integrada e adaptada localmente das dimensões sociais, econômicas e ecológicas do desen-

volvimento sustentável.

Do ponto de vista da inovação em políticas públicas, o IDSC-BR se insere em um contexto no qual os governos enfrentam novos desafios e operam em ambientes cada vez mais complexos, marcados por escassez de recursos, pressões sociais e necessidade de respostas rápidas e informadas, em um contexto agravado pelo avanço das mudanças climáticas. Assim, ao organizar dados em uma plataforma acessível, o índice amplia a capacidade dos tomadores de decisão, especialmente em municípios pequenos.

Mais do que um mecanismo de avaliação, o IDSC-BR pode ser utilizado como instrumento de apoio à gestão pública. Sua leitura aponta lacunas e boas práticas existentes nos municípios, e pode orientar a formulação, o monitoramento e a priorização de ações relativas às características e necessidades locais. Nesse sentido, o instrumento reforça práticas de governança orientadas por evidências e amplia o potencial de coordenação intersetorial no âmbito da administração municipal.

Inovação nas políticas públicas: um possível caminho

A literatura sobre inovação tem origem com Joseph Schumpeter, que a associou ao desenvolvimento econômico ao enfatizar seu papel na transformação dos sistemas produtivos. Posteriormente, o conceito foi incorporado ao campo da administração pública (Brandão; Bruno-Faria, 2012).

Mais recentemente, a inova-

ção em políticas públicas se tornou um campo crescente de pesquisa, impulsionado pelo aumento dos *wicked problems*, pela pressão por maior transparência e participação social e pela necessidade de ações mais eficazes (Cavalcante, 2025). Nesse contexto, adota-se, para fins analíticos, a inovação como uma alternativa aos modelos tradicionais de modernização da administração pública, voltada à melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços e ao fortalecimento das capacidades de resolver problemas públicos.

A inovação em políticas públicas não ocorre em um vácuo institucional, mas em um ambiente organizacional estruturado (OCDE, 2015). Com isso, os servidores públicos ocupam posição central nesse processo (Cavalcante, 2025). Entretanto, sua atuação depende do desenvolvimento de capacidades analíticas, organizacionais e operacionais, que permitam lidar com ambientes institucionais com-

plexos e transformar soluções inovadoras em resultados concretos para a sociedade.

Quando os dados provocam escolhas: São Bento do Sapucaí e os ODS como estratégia de inovação

A experiência de São Bento do Sapucaí, um pequeno município turístico do estado de São Paulo, com 11.674 habitantes, ilustra como a inovação em políticas públicas pode ocorrer a partir do uso estratégico de dados no processo decisório. No âmbito do projeto Governança de Políticas Públicas para Sustentabilidade (GPPS), foi apresentado aos secretários municipais o desempenho dos ODS através da plataforma IDSC-BR, juntamente com um diagnóstico socioeconômico e ambiental. Este documento foi citado no Plano Plurianual (PPA) do município, demonstrando a incorporação na gestão municipal da apresentação realizada e dos resultados encontrados, dada a necessidade contínua de dados



Figura 1 - Visão geral de São Bento do Sapucaí no IDSC-BR

Fonte: IDSC-BR (2025).

que subsidiem as decisões públicas locais. A Figura 1 apresenta uma visão geral do andamento dos ODS no município.

Dentre os dados situacionais do município compilados no IDSC-BR, destacou-se o baixo investimento em políticas de esporte – conforme Figura 2 e o

baixo desempenho em equipamentos esportivos municipais –, tema que se insere como indicador no ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, mas que se relaciona a outros ODS, como o ODS 3 – Saúde de Qualidade. A identificação dessa lacuna contribuiu para a gestão

municipal reconhecer o esporte como uma área estratégica para o desenvolvimento local, articulando políticas já existentes e reorientando prioridades orçamentárias e institucionais.

Como desdobramento desse processo, e também dos resultados obtidos através da en-

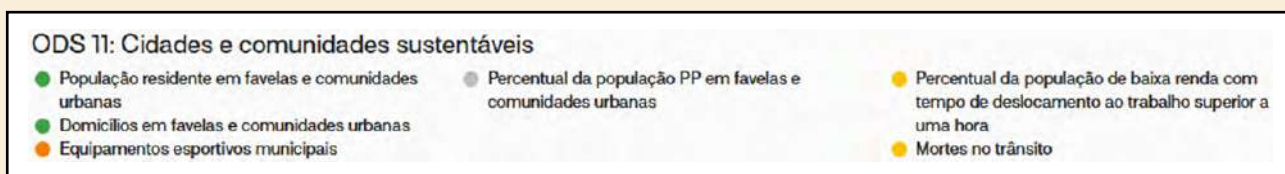


Figura 2 - Situação do ODS 11 para São Bento do Sapucaí no IDSC-BR

Fonte: IDSC-BR (2025).

quete realizada para o Plano Plurianual, onde essa questão teve destaque, o município passou a fortalecer a política pública de esportes, chegando à criação de uma secretaria específica para o tema, o que evidencia a inovação também como a capacidade de usar dados para redefinir agendas, reorganizar estruturas admi-

nistrativas e qualificar a ação pública. Esse movimento também evidencia a inovação como a capacidade de articular dados e informações para apoiar demandas populares, expressas por meio de processos participativos. A figura 3 ilustra o potencial dos ODS para a gestão pública de municípios pequenos.

O acesso a dados na escala local é fundamental para o planejamento e o monitoramento do desenvolvimento, especialmente em contextos de baixa capacidade estatal. Nesse sentido, a utilização do IDSC-BR contribuiu para fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências.

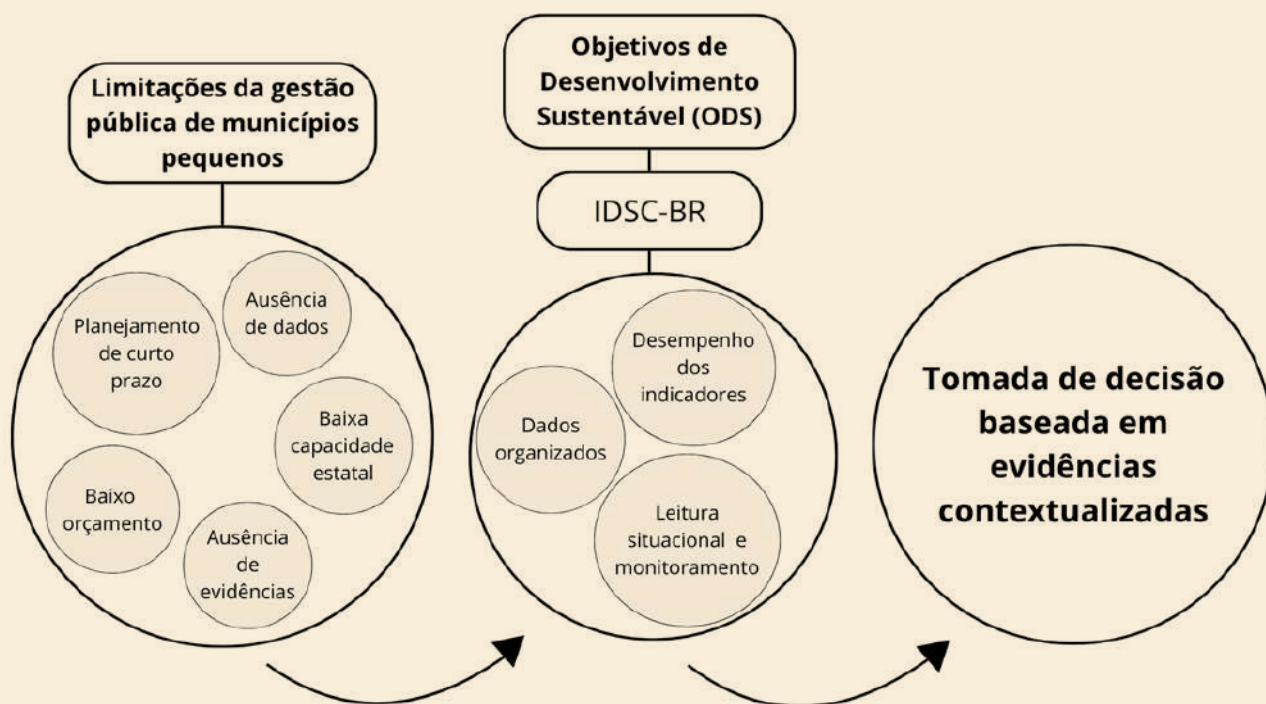


Figura 3 – Ilustração do potencial do uso dos ODS por municípios pequenos.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Considerações finais

A utilização dos ODS – através do IDSC-BR – como guia para políticas públicas em municípios pequenos possibilita um olhar situacional sobre as dimensões social, econômica e ambiental, mas necessita também do desenvolvimento de capacidades na gestão pública, assim como a participação, que possibilita maior legitimidade à gestão de inovar nas ações públicas. Em contextos marcados por escassez de dados e limitações técnicas, ferramentas como o IDSC-BR desempenham papel fundamental ao transformar informações dispersas em subsídios concretos para a ação pública.

Assim, ancorada no referencial da inovação em políticas públicas, a experiência analisada demonstra que os ODS podem qualificar a governança local. Inovar não significa apenas fazer algo novo, mas criar condições para que decisões públicas sejam melhor informadas, integradas e orientadas ao desenvolvimento sustentável. A criação dessas condições pode ser apoiada pelas universidades, que possibilitam novas perspectivas para o andamento dos trabalhos da gestão pública.

Agradecimentos

Pesquisa realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processos nº 2023/10192-6 e 2024/07440-0.

Referências bibliográficas

BORNEMANN, B.; WEILAND, S. The UN 2030 Agenda and the quest for policy integration: A literature review. **Politics and Governance**, n. 1, v. 9, p. 96–106, 2021. <https://doi.org/10.17645/pag.v9i1.3654>

BRANDÃO, S.; BRUNO-FARIA, M. Inovação no setor público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais da área de administração. **Rev. Adm. Pública**, n. 1, v. 47, p. 227-248, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000100010>

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Ferramenta permite avaliar Agenda 2030 em todos os municípios brasileiros**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2022/07/ferramenta-permite-avaliar-agenda-2030-em-todos-os-municipios-brasileiros>. Acesso em: 05 fev. 2026.

CAVALCANTE, P. Inovação em Políticas Públicas: uma agenda imperativa, mas ainda embrionária. In.: OLIVEIRA, V. E. (Org.) **Perspectivas Analíticas em Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025. p. 311-330.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Public sector innovation: An agenda for action. In: **Organisation for Economic Co-operation and Development**. The innovation imperative in the public sector: Setting an agenda for action. Paris: OECD Publishing, 2015. p. 11–17

Equilibrando os pratos: desafios da segurança alimentar paraibana na transição energética sustentável



Maria Luiza Hipólito

Universidade Federal da Paraíba



Julia Rensi

Universidade Federal de Pernambuco e Universidade de York

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1567

A transição energética ocupa posição central nos debates sobre desenvolvimento sustentável, especialmente no Sul Global, mas sua implementação é atravessada por desigualdades estruturais e disputas territoriais. No Brasil, essas tensões são evidentes no Nordeste, onde a rápida expansão de projetos eólicos e solares tem transformado o uso da terra e afetado comunidades rurais.

A transição energética ocupa posição central nos debates sobre desenvolvimento sustentável, especialmente no Sul Global, mas sua implementação é atravessada por desigualdades estruturais e disputas territoriais. No Brasil, essas tensões são evidentes no Nordeste, onde a rápida expansão de projetos eólicos

e solares tem transformado o uso da terra e afetado comunidades rurais.

Na Paraíba, o expressivo potencial energético convive com níveis persistentes de insegurança alimentar. Ao mesmo tempo, o estado apresenta forte dependência da agricultura familiar como base produtiva e social. Esse contexto torna o caso particularmente relevante para analisar as interações — e possíveis tensões — entre energia limpa (ODS 7) e segurança alimentar (ODS 2). Apesar da Agenda 2030 afirmar a indivisibilidade dos ODS, evidências indicam que projetos renováveis nem sempre fortalecem a produção local, sobretudo quando carecem de participação social e avaliação territorial, podendo reproduzir dinâmicas associa-

das ao *green grabbing*, isto é, processos de apropriação de terras legitimados por discursos ambientais.

Este artigo investiga em que medida a transição energética na Paraíba contribui para o avanço simultâneo do ODS 2 e do ODS 7. Com base em um estudo de caso qualitativo, o trabalho combina entrevistas com cinco lideranças da agricultura familiar (realizadas em 2025) e análise documental, contribuindo para os debates sobre justiça energética e governança socioambiental em contextos de expansão renovável.

Um dilema de sustentabilidade: como a transição energética vem impactando a segurança alimentar

A expansão das energias renováveis tem sido promovida como eixo central das estratégias de desenvolvimento sustentável e de mitigação das mudanças climáticas. No entanto, a literatura crítica aponta que esses processos frequentemente reproduzem dinâmicas de apropriação territorial e concentração de poder, sobretudo quando implementados por meio de grandes projetos corporativos em contextos de frágil governança fundiária. Nesse sentido, o conceito de *green grabbing* evidencia como iniciativas associadas à transição energética podem reforçar assimetrias socioeconômicas e excluir comunidades rurais e tradicionais do acesso à terra, aos benefícios produtivos e à tomada de decisão, deslocando conflitos distributivos para novas arenas ambientais (Fairhead; Leach; Scoones, 2012).

Essas dinâmicas não são inéditas no debate agrário, estando associadas a processos anteriores de *land grabbing* vinculados à financeirização da agricultura e à expansão de cadeias globais de commodities. A incorporação da agenda ambiental a esses processos tende a reconfigurar, mais do que substituir, mecanismos de controle territorial, reforçando estratégias de acumulação que operam sob o discurso da sustentabilidade (Fairhead; Leach; Scoones, 2012).

Pesquisas mais recentes mostram que dinâmicas semelhantes se estendem a setores considerados limpos, como a energia eólica e a fotovoltaica. Megaprojetos renováveis têm funcionado como novas formas de *green grabbing*, ao restringir o uso de territórios rurais, reconfigurar economias locais e afetar comunidades dependentes da agricultura e do extrativismo (Borras; Franco, 2024). No Brasil, especialmente no Nordeste, a expansão acelerada desses projetos tem sido associada a conflitos fundiários, privatização de terras e fragilização da agricultura familiar. No caso da energia solar, embora a geração descentralizada apresente potencial para fortalecer a segurança energética rural, grandes complexos fotovoltaicos têm produzido disputas por terra e impactos diretos sobre a produção de alimentos, inclusive no Semiárido e na Paraíba.

A literatura converge ao indicar que não há contradição inerente entre energias renováveis e segurança alimentar; os efeitos dependem do modelo de expansão, da governança territorial e do grau de participação social. Abordagens descentralizadas e de menor impacto territorial tendem a gerar sinergias entre os ODS 2 e 7, enquanto megaprojetos corporativos e centralizados ampliam conflitos e *trade-offs*. Nesse sentido, o conceito de *green grabbing* oferece um marco teórico fundamental para analisar como discursos de sustentabilidade podem legitimar processos de expropriação, articulando energia, terra e sistemas alimentares em contextos de profunda desigualdade rural.

Dinâmicas territoriais e institucionais na implementação dos ODS na Paraíba

Os resultados evidenciam que a implementação dos ODS na Paraíba ocorre de forma fragmentada, contrariando o princípio da indivisibilidade da Agenda 2030. Embora o estado apresente avanços relevantes na expansão de energias renováveis, especialmente solar e eólica, esses progressos não têm sido acompanhados por

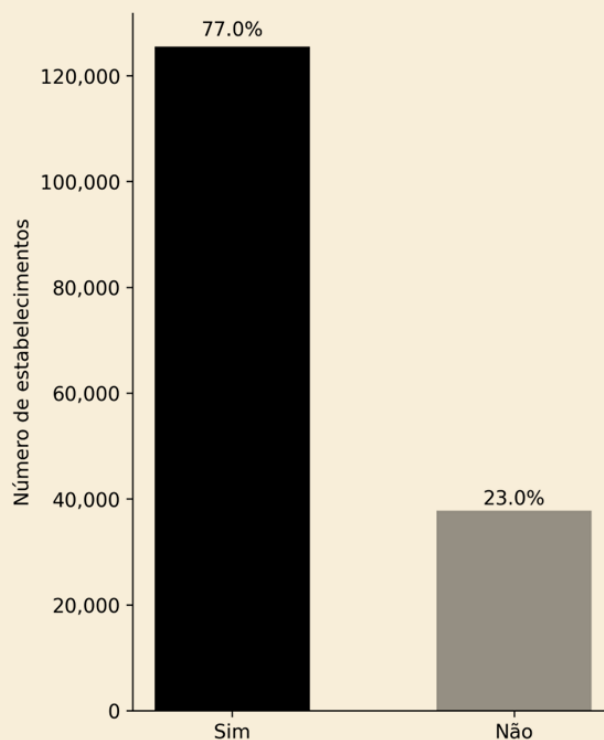


Gráfico 01 - Estabelecimentos agropecuários por tipo na Paraíba (2017)

Fonte: DIEESE (2022).

políticas articuladas de segurança alimentar e desenvolvimento rural. O contexto territorial paraibano — marcado por elevada vulnerabilidade socioambiental, desigualdades regionais e forte dependência da agricultura familiar (Gráfico 1) — cria um paradoxo no qual a atração de grandes investimentos energéticos convive com insegurança alimentar persistente (Figura 1)¹ e baixa diversificação produtiva. O Gráfico 01 apresenta a proporção de estabelecimentos agropecuários na Paraíba (2017), distinguindo aqueles classificados como agricultura familiar (“Sim”) e os não enquadrados nessa categoria (“Não”).

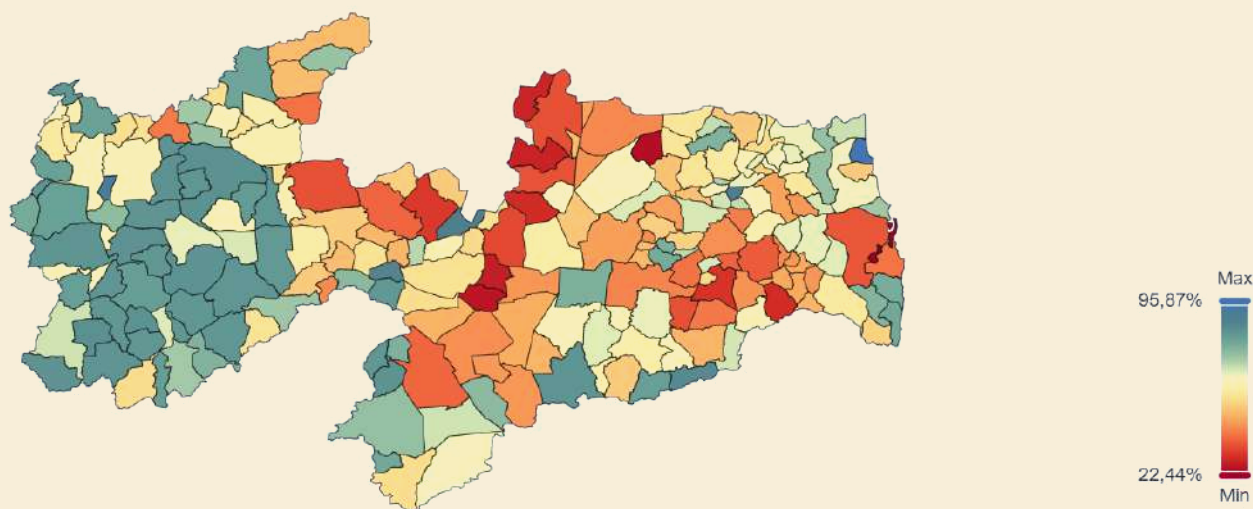


Figura 1 - Mapa do progresso do ODS 2 na Paraíba

Fonte: Paraíba (2025)

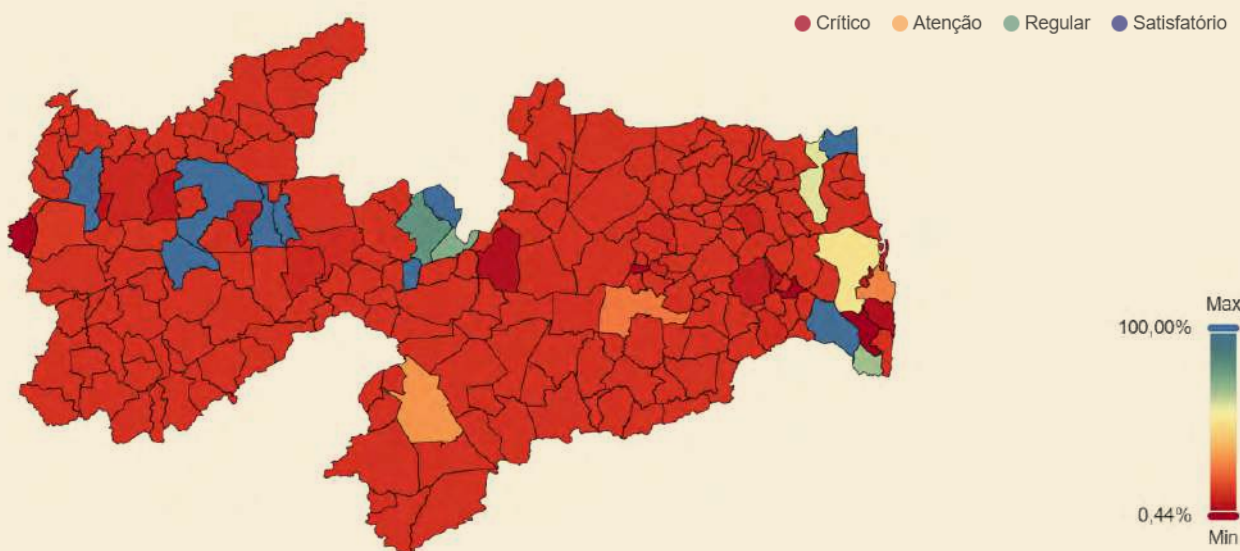


Figura 2 - Mapa do progresso do ODS 7 Paraíba

Fonte: Paraíba (2025)

1 - Os mapas mostram o desempenho dos municípios paraibanos no cumprimento do ODS 2, com um gradiente de cores em que o azul indica maior avanço e o vermelho, menor desempenho. Portal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Paraíba. Disponível em: <https://odspb.secties.pb.gov.br/>.

A análise mostra que a expansão renovável tem sido orientada predominantemente por interesses econômicos e corporativos, com a implantação de megaprojetos em terras privadas ou arrendadas, muitas vezes sobrepostas a territórios utilizados por comunidades rurais e tradicionais. Esse processo tem gerado conflitos fundiários, restrições ao uso da terra e impactos diretos sobre práticas produtivas essenciais à segurança alimentar. Além disso, a ausência de mecanismos efetivos de participação social e a fragilidade do diálogo intersetorial reforçam decisões centralizadas que beneficiam agentes econômicos, enquanto os ganhos socioeconômicos locais permanecem limitados, com geração de empregos majoritariamente temporária e baixo efeito redistributivo). As limitações do avanço do ODS 7 no estado estão demonstradas na Figura 2.

A distribuição territorial dos avanços associados ao ODS 7 na Paraíba revela um padrão desigual, fortemente concentrado em municípios com maior capacidade institucional e atratividade econômica. Como indicado na Figura 2, a expansão da geração renovável não se traduz automaticamente em ampliação do acesso energético em áreas rurais, especialmente no Semiárido, onde persistem limitações estruturais relacionadas à infraestrutura, à renda e à coordenação de políticas públicas (FAO, 2023; SEforALL, 2024).

As entrevistas corroboram esse diagnóstico ao indicar que os benefícios da transição energética têm sido apropriados de forma seletiva. Embora iniciativas baseadas em cooperativas e associações consigam, em alguns casos, acessar programas de energia solar e tecnologias sociais, agricultores familiares não organizados permanecem amplamente excluídos desses processos. A ausência de políticas integradas e de canais efetivos de participação reforça um modelo centralizado de decisão, no qual a expansão renovável avança dissociada das necessidades produtivas locais e com impactos limitados sobre a segurança alimentar.

Ainda assim, experiências localizadas indicam que a integração entre energia solar, tecnologias sociais e agricultura familiar pode fortalecer sistemas alimentares locais. Em uma cooperativa no interior da Paraíba, a adoção de energia solar permitiu diversificar a produção e reduzir perdas associadas à instabilidade do fornecimento elétrico, ampliando a autonomia produtiva ao longo do ano.

Os resultados indicam que as sinergias entre os ODS 2 e 7 permanecem subexploradas na Paraíba, em razão de déficits de eletrificação rural, acesso desigual a tecnologias energéticas limpas e da ausência de políticas integradas, especialmente no Semiárido (FAO, 2023; IFAD, 2024). Embora experiências pontuais demonstrem o poten-

cial da integração entre energia solar, tecnologias sociais e agricultura familiar para fortalecer sistemas alimentares locais, os achados sugerem que os principais entraves à implementação articulada dos ODS são institucionais e políticos, relacionados à fragilidade da coordenação intersetorial e de mecanismos de governança inclusiva.

Considerações finais

Os resultados mostram que a expansão de projetos solares e eólicos, embora alinhada ao ODS 7, ocorre de forma pouco articulada às políticas alimentares e ao desenvolvimento rural, resultando em conflitos pelo uso da terra, déficit de infraestrutura e benefícios restritos para a agricultura familiar. Conclui-se que o avanço simultâneo do ODS 2 e do ODS 7 depende de políticas públicas integradas, com governança inclusiva e sensibilidade territorial. Investimentos em eletrificação agrícola, irrigação solar e cadeias de frio de baixo carbono podem gerar sinergias estratégicas, desde que orientados para o fortalecimento da agricultura familiar e dos sistemas alimentares locais.

Referências

BORRAS JR., S. M.; FRANCO, J. C. Land rush. **The Journal of Peasant Studies**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2024.2317961>

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Observatório da Agricultura Familiar da Paraíba**. 2022. Disponível em: <https://agriculturafamiliarpb.dieese.org.br/>. Acesso em: 20 out. 2025.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green grabbing: a new appropriation of nature? **Journal of Peasant Studies**, Abingdon, v. 39, n. 2, p. 237–261, 2012. DOI: 10.1080/03066150.2012.671770.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Clean energy for all: FAO's role in advancing SDG7**. Rome: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/energy/news/news-details/en/c/1732695/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT (IFAD). **Renewable energy**. Rome: IFAD, s.d. Disponível em: <https://www.ifad.org/en/climate/renewable-energy>. Acesso em: 24 dez. 2025.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (SECTIES). **Observatório do Desenvolvimento Sustentável da Paraíba (ODS-PB)**. 2025. Disponível em: <https://odspb.secties.pb.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2025.

SUSTAINABLE ENERGY FOR ALL (SEforALL). **Powering the Sustainable Development Goals**. Vienna: SEforALL, 2024. Disponível em: <https://www.seforall.org/data-stories/powering-the-sustainable-development-goals>. Acesso em: 12 dez. 2025.

Uma década de desenvolvimento sustentável em Delhi: avanços, limites e lições para a Agenda 2030



Yashas Dhananjaya Kanthamani

Universidade Federal do ABC

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1568

DELHI é um retrato emblemático dos desafios urbanos do século XXI. Capital da Índia e uma das megacidades que mais crescem no mundo, concentra cerca de 20 milhões de habitantes dentro de seus limites administrativos e aproximadamente 32 milhões em toda a Região da Capital Nacional. Com densidade populacional superior a 13 mil pessoas por quilômetro quadrado, a cidade reúne problemas que hoje afetam centros urbanos em todo o planeta: déficit habitacional, pressão sobre os serviços públicos, congestionamentos, poluição ambiental e profundas desigualdades sociais.

Esses desafios estão diretamente ligados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

11 (ODS 11), que busca tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis até 2030. Desde a adoção da Agenda 2030, em 2015, Delhi avançou na criação de mecanismos institucionais voltados à implementação e ao acompanhamento dos ODS. O Departamento de Planejamento do Território da Capital Nacional (NCT Delhi) passou a exercer um papel central na coordenação das políticas ligadas aos ODS, com o apoio de um comitê diretor e de nove grupos de trabalho temáticos. Juntos, eles acompanham mais de 260 indicadores sociais, econômicos e ambientais, orientando as ações da cidade em direção à Visão 2030 de Delhi.

Esse sistema produziu uma base sólida de informações

para orientar políticas públicas. Ainda assim, a experiência da última década mostra que a existência de indicadores e metas não garante, automaticamente, melhorias concretas na vida das pessoas. A distância entre planejamento, implementação e resultados sociais continua sendo um dos principais desafios da cidade.

Habitação e assentamentos informais: progresso com contradições

A política habitacional de Delhi ilustra bem essa tensão. Em 2015, cerca de 17% da população urbana vivia em favelas (NBO, 2015). Em 2020, esse percentual subiu para aproximadamente 28%, revelando que o crescimento urbano foi mais rápido do que a oferta

de moradia formal e acessível. Milhares de famílias foram empurradas para áreas precárias, sem infraestrutura adequada, saneamento básico ou segurança jurídica da posse da terra.

A partir de 2020, no entanto, políticas mais direcionadas começaram a produzir resultados. Em 2025, a proporção de moradores em favelas caiu para algo entre 10% e 15%, impulsionada por programas de reabilitação e projetos de redesenvolvimento no próprio local (The Indian Express, 2025). Essas iniciativas priorizaram a permanência das comunidades, em vez de remoções forçadas, marcando uma mudança importante em relação a políticas anteriores e aproximando-se do princípio da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás”.

Apesar desse avanço, os limites são evidentes. Muitas famílias reassentadas passaram a viver em unidades pequenas e superlotadas, frequentemente afastadas de oportunidades de trabalho. A insegurança fundiária e o acesso precário a serviços públicos continuam presentes em diversos empreendimentos. Isso evidencia que o problema da habitação não se resolve apenas com a construção de moradias, mas exige políticas integradas que considerem renda, mobilidade, inclusão social e participação comunitária.

Transporte público: mais alcance, menos equidade

O transporte público é frequentemente apontado como uma das áreas de maior sucesso recente em Delhi. Em 2015, cerca de 69% das áreas urbanizadas estavam localizadas a até 500 metros de um ponto de transporte coletivo. Em 2025, essa cobertura chegou a 82%, graças à expansão do metrô, à melhoria da rede de ônibus e ao uso de plataformas digitais que integram diferentes modos de transporte e facilitam o planejamento das viagens (Gowande; Pradeep, 2025).

Esses investimentos contribuiriam para reduzir o tempo de deslocamento de parte da população e tornar o transporte coletivo mais atrativo. No entanto, a experiência cotidiana dos usuários revela desigualdades persistentes. Mulheres, idosos e pessoas com deficiência enfrentam obstáculos específicos, como falta de segurança e veículos com baixa acessibilidade e dificuldades na chamada “última milha”, o trecho entre o ponto de transporte e o destino final.

Para muitas mulheres, especialmente, o medo da violência limita o uso do transporte público à noite, restringindo o acesso ao trabalho, à educação e ao lazer. Assim, embora os indicadores agregados apontem progresso (Gowande; Pradeep, 2025), a mobilidade urbana continua sendo vivida de forma desigual, reforçando grupos vulneráveis existentes.

Qualidade do ar: um problema estrutural e recorrente

Entre os muitos desafios enfrentados por Delhi, a poluição do ar é talvez o problema mais visível e alarmante. A qualidade do ar urbano tem piorado há décadas, fato impulsionado pelo crescimento das atividades industriais, do transporte motorizado e da construção civil. A esse quadro somam-se fatores sazonais e ambientais, como tempestades de poeira, a queima a céu aberto de resíduos, incêndios florestais e outras fontes difusas de poluição.

De acordo com um estudo recente (Bhupender *et al.*, 2024), em 2015, os níveis de partículas finas durante o inverno atingiram valores quase quinze vezes superiores aos recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Nesses períodos, a qualidade do ar da cidade era frequentemente classificado como ruim ou muito ruim, com impactos diretos e graves sobre a saúde, afetando especialmente crianças, idosos e pessoas com doenças respiratórias.

Durante a pandemia de COVID-19, em 2020, as restrições de circulação e a queda da atividade industrial provocaram uma redução significativa da poluição. Esse período funcionou como um experimento involuntário, mostrando de forma clara o peso das atividades humanas na degradação ambiental, também indicando que melhorias são possíveis quando há controle efetivo das fontes de emissão.

No entanto, com a retomada econômica, os níveis de poluição voltaram a subir rapidamente. Em 2025, as concentrações de PM2,5 e PM10 (poluentes atmosféricos inaláveis) atingiram novamente patamares extremamente elevados. A experiência deixou uma lição clara: medidas emergenciais e de curto prazo não são suficientes. Sem mudanças estruturais nos padrões de mobilidade, do uso da energia e do solo urbano, a crise da qualidade do ar tende a se repetir.

Planejamento participativo: avanços democráticos

Um dos aspectos mais promissores da última década foi o fortalecimento da participação social no planejamento urbano. A campanha “Main Bhi Dilli” (“Eu também sou Delhi”), lançada em 2018, buscou envolver trabalhadores informais, moradores de favelas e outros grupos historicamente excluídos no debate sobre o futuro da cidade e na elaboração do Plano Diretor (Sinha *et al.*, 2022).

Mesmo enfrentando obstáculos como a exclusão digital e as restrições impostas pela pandemia, a iniciativa reuniu cerca de 25 mil contribuições da população. Esse engajamento pressionou as autoridades a ampliar os canais de escuta e a reconhecer saberes e experiências que tradicionalmente ficam fora dos processos formais de planejamento. A campanha mostrou que a participação social pode ir além do simbolismo e influenciar decisões concretas.

Lições para 2030

A trajetória de Delhi ao longo da última década mostra que a sustentabilidade urbana não depende apenas de soluções técnicas. Habitação, transporte, meio ambiente e inclusão social estão profundamente interligados e exigem uma abordagem integrada. Tecnologias digitais e sistemas de monitoramento são ferramentas importantes, mas precisam ser acompanhadas de decisões políticas orientadas pela equidade.

Em última instância, a sustentabilidade urbana é um processo político, marcado por escolhas, conflitos e prioridades. Os próximos anos serão decisivos para saber se Delhi conseguirá transformar avanços pontuais em melhorias duradouras na qualidade de vida de toda a população. Colocar as pessoas — especialmente as mais vulneráveis — no centro das políticas públicas será a chave para que a cidade avance, de fato, rumo a um futuro mais justo e sustentável.

Referências

BHUPENDER, S.; VISHANT, G.; NEETU, R. Seasonal and annual emission trends of PM2.5 and PM10 over the national capital Delhi from 2015 to 2020. **Journal of Air Pollution and Health**, v. 9, n. 2, 2024.

GOWANDE, B.; PRADEEP, R. **Neighborhood public transit services: situational analysis of bus-based public transport supply in Delhi**. Washington, DC: International Council on Clean Transportation, 2025. (ICCT Working Paper). Disponível em: <https://theicct.org/wp-content/uploads/2025/04/ID-321-%E2%80%93-Neighborhood-transit-working-paper-A4-50163-WEB-v5.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.

NATIONAL BUILDINGS ORGANISATION (NBO). Slums in India: a statistical compendium. Nova Délhi: Ministry of Housing and Urban Affairs, Government of India, 2015. Disponível em: https://nbo.gov.in/pdf/Slums_in_India_Compendium_English_Version.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

SINHA, S.; NARAYAN, M.; MAJITHIA, A. **Claiming space for informal work in master planning: reflections from a people’s campaign in Delhi**. Manchester: WIEGO, 2022. (WIEGO Policy Brief, n. 28). Disponível em: <https://www.wiego.org/publications/claiming-space-informal-work-master-planning>. Acesso em: 15 fev. 2026.

THE INDIAN EXPRESS. Delhi elections: how slum rehabilitation has become a major poll issue. Nova Délhi, 2025. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/explained/slum-rehabilitation-delhi-elections-9789316/>. Acesso em: 15 fev. 2026.

Mirante do Cruzeiro,
São Bento do Sapucaí
Luís Gustavo Branco, 2025.



QUANDO A TECNOLOGIA APRENDE A ESCUTAR: SOFTWARE PARA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E GOVERNANÇA COLABORATIVA

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1569

NO Brasil, o acesso à internet aumentou significativamente nas últimas décadas, com 90% dos domicílios conectados (IBGE, 2024). Estar online hoje, entretanto, não significa participar das decisões que afetam a vida coletiva. Da mesma forma, ter voz não garante, necessariamente, ser ouvido. Nesse cenário, ganham importância compromissos sociais que reconhecem a democratização da informação e a transparência como pilares da esfera pública.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030, além de compreenderem um conjunto de metas globais, representam compromissos éticos que convidam governos e cidadãos a repensar suas formas de comunicar, decidir e cooperar. Essa perspectiva implica criar ambientes em que o conhecimento circule de forma mais equitativa e o acesso à informação se consolide como um bem comum.

Em conjunto, metas como o ODS 4 (Educação de qualidade), o ODS 10 (Redução das desigualdades), o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e o ODS 17 (Parcerias e meios de implementação) convergem para um mesmo propósito: construir sociedades mais justas e inclusivas, fortalecendo a cidadania ativa e políticas públicas mais consistentes e duradouras.

Em um mundo cada vez mais interconectado, as redes digitais abriram caminho para novas possibilidades de participação social. Entre 2017 e 2023, os aplicativos de mensagens, como WhatsApp ou Telegram, registraram crescimento expressivo na utilização por órgãos públicos, passando de 21% para 46% (CGI.br, 2023). No entanto, ferramentas que ampliam a voz da população também criam novos desafios, como o excesso de conteúdos, a desinformação e a dispersão dos debates. Esses limites da comunicação digital evidenciam a urgência de desenvolver espaços participativos mais estruturados, contínuos e transparentes.



Adailton Galiza

Universidade Federal do ABC (UFABC)

“Bom dia, grupo! 🌞🙏” : comunicação cotidiana e dispersão nos grupos de WhatsApp

O WhatsApp é hoje o principal meio de comunicação digital no Brasil, com cerca de 147,7 milhões de usuários em 2024 (Statista, 2025). Em pesquisa realizada com 1.126 usuários, 97% afirmam acessá-lo pelo menos uma vez ao dia (Opinion Box, 2025).

Sua simplicidade permite que pessoas de diferentes idades e contextos conversem, compartilhem informações e se organizem em torno de temas coletivos. Em muitos municípios, grupos digitais reúnem cidadãos, jornalistas e gestores para discutir questões como meio ambiente, saúde e transporte, transformando o aplicativo em arenas simbólicas de debate público (CGI.br, 2023).

Em geral, esses grupos nascem com objetivos claros: divulgar informações, debater problemas locais ou organizar ações coletivas. Todavia, esses propósitos tendem a se diluir. Mensagens de cumprimento como “Bom dia, grupo! 🌞🙏”, trocas de figurinhas, desinformação e vídeos religiosos dificultam o aprofundamento das discussões.

Essa dispersão pode ser entendida a partir de diferentes tipos de sobrecarga. Há uma sobrecarga informacional, quando mensagens sobre problemas públicos se misturam a longas sequências de cumprimentos e vídeos. Há também uma sobrecarga emocional, marcada pelo compartilhamento de conteúdos religiosos ou relatos pessoais. Soma-se a isso uma sobrecarga participativa, em que muitas pessoas falam ao mesmo tempo, sem coordenação ou encaminhamentos coletivos.

Essa dinâmica evidencia um paradoxo da comunicação digital: quanto menos regras, mais aberto e inclusivo tende a ser o espaço; quanto mais regras, mais hierarquizado e direcionado ele se torna. Nesse contexto, as discussões assumem, frequentemente, um caráter mais declarativo do que deliberativo, favorecendo formas de engajamento afetivo (Paparichissi, 2015). As pessoas participam porque se sentem afetadas e buscam se aproximar da intensidade do momento, ainda que nem sempre se envolvam em processos de discussão coletiva prolongada. Imagens, áudios ou

outros conteúdos sensíveis podem mobilizar empatia e adesão imediata, funcionando como gatilhos de vínculo mais do que como estruturas formais de debate.

Habermas (2006) lembra que a deliberação pública requer racionalidade comunicativa e arenas discursivas estruturadas, capazes de sustentar continuidade argumentativa, condições que tendem a ser limitadas em plataformas de interação rápida como o WhatsApp. Os limites observados nesses grupos apontam, portanto, para a necessidade de plataformas públicas que consigam combinar a informalidade da conversa cotidiana com estruturas capazes de organizar propostas, informações e decisões coletivas.

Um protótipo de plataforma colaborativa para a participação cidadã

As dificuldades de utilizar aplicativos como espaço de debate público evidenciam que a comunicação digital precisa ir além da simples troca de mensagens. Uma alternativa é o desenvolvimento de plataformas voltadas à governança colaborativa, capazes de ampliar o acesso à participação cidadã e, ao mesmo tempo, incorporar valores como transparência, corresponsabilidade e inclusão, alinhados aos ODS.

É nessa perspectiva que se insere o projeto “Governança Colaborativa, Desenho e Integração de Políticas Públicas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (FAPESP 2023/10192-6), desenvolvido na Universidade Federal do ABC (UFABC). Um de seus subprojetos consiste na criação de uma plataforma digital para o município de São Bento do Sapucaí (SP), um território com forte vocação ambiental e turística, que enfrenta o desafio de integrar políticas públicas de forma mais articulada e participativa.

A estrutura do protótipo está ilustrada nas Figuras 1 a 3. Inicialmente, o usuário escolhe entre dois perfis de acesso — Cidadão ou Gestor (Figura 1) — que o direcionam a diferentes funcionalidades da plataforma:

- Uma vez escolhido o perfil de acesso, o usuário poderá selecionar indicadores locais (Figura 2) – como coleta de lixo, água encanada, esgotamento sanitário, saúde, transporte, educação, habitação e áreas verdes – e acompanhar a situação do seu bairro de forma clara e organizada;

- Após a seleção do indicador, uma nova tela (Figura 3) exibirá informações detalhadas, como o nível de atendimento, a evolução do serviço ao longo do tempo e seu desempenho, além de permitir o envio de sugestões e comentários por parte dos cidadãos.



Figura 1 - Interfaces da plataforma

Fonte: Elaborado pelo autor.

A proposta é que a plataforma funcione como um espaço organizado de escuta e diálogo, conectando dados públicos, percepções cidadãs e processos decisórios. O protótipo será concebido com base em ferramentas gratuitas (Python, HTML, CSS, JavaScript), permitindo o acesso por computadores e celulares, favorecendo a replicação em outros municípios. Os próximos passos do projeto envolvem o desenvolvimento de uma primeira versão funcional e a realização de testes participativos com gestores e cidadãos de São Bento do Sapucaí.

Considerações finais

Em um contexto marcado por formas cada vez mais rápidas e dinâmicas de comunicação, a gestão pública enfrenta o desafio de ampliar e qualificar seus canais de diálogo com a sociedade. A proposta apresentada partiu da ideia de uma tecnologia orientada por valores sociais, capaz de fortalecer a democracia em nível local. Ao promover a circulação aberta e sistematizada de dados, ideias e decisões, o protótipo busca responder a demandas por maior transparência, acesso à informação e participação cidadã. Desenvolvido de forma colaborativa entre universidade, governo municipal e população, o projeto aponta para o potencial de uma cultura digital mais cooperativa, alinhada aos princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e às necessidades da vida local.

Referências

CGI.br. **TIC Governo Eletrônico**: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no setor público brasileiro. São Paulo: NIC.br, 2023. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-no-setor-publico-brasileiro-tic-governo-eletronico-2023/>. Acesso em: 28 out. 2025.

FAPESP. **Governança colaborativa, desenho e integração de políticas públicas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Processo FAPESP nº 2023/10192-6. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/114325/governanca-colaborativa-desenho-e-integracao-de-politicas-publicas-e-os-objetivos-do-desenvolvimento/>. Acesso em: 28 out. 2025.

HABERMAS, J. **Entre naturalismo e religião**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

IBGE. **IBGE**: acesso à internet cresce e chega a 93,6% dos domicílios do País em 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202507/internet-chega-a-74-9-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2024>. Acesso em: 28 out. 2025.

OPINION BOX. **WhatsApp no Brasil 2025**: Dados sobre o comportamento dos usuários no app de mensagens mais utilizado pelos brasileiros. Belo Horizonte: Opinion Box, 2025. Disponível em: <https://materiais.opinionbox.com/pesquisa-whatsapp-no-brasil>. Acesso em: 23 fev. 2026.

PAPACHARISSI, Z. **Affective publics**: sentiment, technology, and politics. Oxford: Oxford University Press, 2015.

STATISTA. **WhatsApp in Brazil** – statistics & facts. Hamburg: Statista, 2025. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/7731/whatsapp-in-brazil/>. Acesso em: 23 fev. 2026.

INTERFACES DO CACAU E A SOBERANIA ALIMENTAR DE COMUNIDADES AMAZÔNICAS PELA PERSPECTIVA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1570

Nativa da Amazônia, com origem na região noroeste da América do Sul, o cacau (*Theobroma cacao* L.), cujo nome significa “alimento dos deuses”, foi domesticado por povos originários e populações tradicionais há mais de cinco mil anos e se tornou pilar social e econômico de civilizações como os Olmecas, Maias e Astecas, que utilizavam suas amêndoas para bebidas em rituais e como moeda, por exemplo. Essa relevância ancestral ganhou escala intercontinental a partir da colonização europeia no século XVI. Posteriormente, o aprimoramento da fabricação industrial por holandeses, britânicos e suíços consolidou o chocolate como uma *commodity* do mercado agroindustrial global,

demandando a expansão definitiva das áreas de cultivo pelos trópicos.

Para as populações do campo, o cacau, além de alimento, serve também como importante fonte de renda, necessária para a segurança alimentar, em sua grande maioria, de agricultores familiares. Porém, a expansão da caucultura e as mudanças tecnológicas vêm ameaçando a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares tradicionais por conta da simplificação em monocultivos clonais intensificados (Figura 1). Esse processo afeta as relações sociedade-natureza seculares, em que se passa a priorizar a lógica produtivista em detrimento de modos e meios de vida mais sustentáveis (Braga et al., 2026).



Elano Emerson Belucio da Silva

Fiocruz - Brasília



Ludmila da Rocha Nogueira

PPGAA / INEAF / UFPA



Daniel Palma Perez Braga

INEAF / UFPA





Figura 1 - A: Produção de cacau em sistema agroflorestal com mais de 30 anos, (2018); B: monocultivo com 5 anos de idade, (2025)

Fonte: Arquivo pessoal de Daniel P. P. Braga.

Entende-se que há uma convergência entre as agriculturas familiares, considerando os modos de vida tradicionais e os preceitos do desenvolvimento econômico e territorial sustentável. Desta forma, o presente estudo visa

refletir e discutir o potencial do cacau na Amazônia brasileira para a soberania alimentar pela perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU Brasil, 2022).

O fruto de comer, o fruto de vender, o fruto de pensar os ODS

Considerado uma espécie da sociobiodiversidade, o cacau apresenta uma versatilidade de consumo que abrange o fruto *in natura* ou verde em saladas, a polpa em sucos, o “mel” da fermentação como bebida, a casca da amêndoa para chás medicinais, dentre outros. Essa multiplicidade de usos alimentícios, que incluem a amêndoa torrada (pura/nibs ou em pó), a manteiga de alto valor medicinal e diversas receitas com produtos derivados do cacau é sustentada por um expressivo valor nutricional (Vilaça *et al.*, 2023; MAPA, 2024).

A composição de micro e macronutrientes aliada a compostos bioativos como estimulantes ergogênicos e antioxidantes evidenciam o vasto potencial do fruto para diversas finalidades alimentícias e terapêuticas. O que se relaciona intimamente com o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), uma vez que diversificar e consumir de forma integral o cacau é extrair o máximo de potencial desse alimento em favor da saúde ambiental e humana.

No entanto, embora a versatilidade do cacau possa impulsionar o ODS 3 através de benefícios nutricionais, a consolidação desse potencial é minimizada pela carência de incentivos voltados ao processamento local e ao aproveitamento integral da sociobiodiversidade. A persistência do modelo econômico industrial de larga-escala negligencia a agregação de valor em subprodutos alimentares, evidenciando uma lacuna estrutural que interfere no bem-estar e na autonomia das comunidades amazônicas em favor da rentabilidade de cadeias globais. Assim, a falta de fomento à sociobioeconomia associada às cadeias locais podem atrofiar a diversificação produtiva, limitar o papel do cacau como vetor estratégico de saúde pública e reduzir o alcance real do ODS 3.

Essa forte influência do modelo de *commodity* na cacauicultura amazônica também estabelece uma contradição estrutural frente ao ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável). Ao restringir o amplo aproveitamento do cacau aos nichos de mercado, desmantela-se a soberania alimentar local e ignora-se o potencial dos subprodutos na mitigação da in-

segurança nutricional das próprias comunidades produtoras. Essa lógica evidencia que a produção em larga-escala pode não ser tão efetiva para segurança alimentar regional, transformando o aspecto “fome zero” do ODS 2 em uma meta retórica enquanto o fomento estatal/privado prioriza o volume de amêndoas a ser processado em outros estados fora da Amazônia, em detrimento do fortalecimento de circuitos curtos de consumo e da economia da sociobiodiversidade.

Apesar disso, há um movimento incipiente, porém crescente, que busca estabelecer essa cultura de valorização do cacau como um fruto que serve para diversos tipos de preparações. Por exemplo, a “verticalização” fortalecida pelo “*tree to bar*” (da árvore à barra), em que os agricultores familiares deixam de ser unicamente produtores/fornecedores do cacau *commodity* como matéria prima e passam a beneficiar o cacau, gerando além do chocolate artesanal diversos outros produtos finais comercializados com valor agregado.

Esse tipo de transição representa um potencial para as metas do ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e da Agenda 2030 como um todo, ao promover a eficiência produtiva através da verticalização, reduzindo o desperdício e ampliando a diversidade de formas de consumo e comercialização. Ao mesmo tempo, substituindo a exportação de matéria-prima barata pela retenção de valor agregado e tecnologia no território. No entanto, o otimismo em torno dessa verticalização deve ser mediado por uma crítica estrutural: enquanto essas iniciativas permanecerem como movimentos incipientes e de nicho, sem políticas de escala, que confrontem a dependência econômica do mercado global de *commodities*, o ODS 12 continuará fragilizado, falhando em reverter a erosão das agriculturas familiares e dos modos de vida tradicionais.

Nesse sentido, produzir cacau pode promover a soberania alimentar, desde que seja na perspectiva da sociobioeconomia, uma economia baseada nos saberes, culturas e tradições das comunidades locais, promovendo renda justa, e no uso eficiente dos recursos já existentes nas próprias comunidades, por exemplo, por meio dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) com práticas sustentáveis de produção de

alimentos consumidos localmente, possibilitando diversificar e melhor distribuir a renda, sem prejudicar os modos de vida tradicionais.

O cultivo de cacau em SAFs se apresenta como uma estratégia importante para o cumprimento do ODS 15 (Vida Terrestre) na Amazônia, pois utiliza a sucessão ecológica para converter a produção agrícola em um mecanismo de restauração florestal e conservação da biodiversidade (Braga *et al.*, 2026). Ao mimetizar a estrutura florestal, essa perspectiva de sociobioeconomia promove a soberania alimentar através da diversificação do uso do solo com culturas alimentares e valorização dos saberes das comunidades locais.

Entretanto, o desafio crítico reside na escala de implementação: o alcance do ODS 15 pode esbarrar na carência de políticas de fomento que reconheçam a complexidade técnica e o tempo de maturação dos sistemas biodiversos, os quais são frequentemente preteridos por modelos predatórios de rápido retorno financeiro. Assim, a sustentabilidade da região depende da mudança para uma estrutura econômica que subsidie a permanência do agricultor com as florestas, garantindo que o direito ao alimento saudável esteja intrinsecamente ligado à preservação dos serviços ecossistêmicos.

Portanto, para além da lógica produto-mercadoria, deve-se considerar a relação com a terra ao produzir e comer, garantindo a cultura e os hábitos alimentares locais, sem estar exclusivamente dependente do mercado e do domínio de grandes corporações globais. A isto chama-se soberania alimentar, o direito humano à alimentação que seja saudável e culturalmente adequada, ecologicamente sustentável e baseada nos direitos dos povos definirem seus próprios sistemas agrícolas e alimentares (Mendes; Gonçalves, 2023), o que deveria estar em consonância entre os produtores desse modelo e a gestão pública, possibilitando com que os ODS 2, 3, 12 e 15 estejam incluídos na produção de cacau pela agricultura familiar na região amazônica.

Para evitar que os ODS se tornem apenas uma lista de metas inatingíveis ou uma forma de “pintar de verde” os processos econômicos que promovem a degradação socioambien-

tal, é crucial reconhecer que eles exigem não apenas melhorias nos sistemas atuais, mas sim uma transformação radical em nossos paradigmas de consumo, produção e relação com o planeta e que devem ser incentivados por meio de políticas públicas,

É nesse ponto que o resgate e a valorização dos conhecimentos tradicionais, especialmente aqueles das comunidades indígenas, quilombolas e camponesas, emergem como um caminho indispensável e verdadeiramente inovador para o alcance dos ODS. O conhecimento ancestral sobre manejo da terra, uso medicinal de plantas e técnicas produtivas de baixo impacto fornece soluções testadas pelo tempo, que são localmente adaptáveis, resilientes e promotoras de equidade.

Consideração final

Atualmente, a falta de políticas públicas de incentivo à produção verticalizada gera dependência econômica, o que exige uma mudança de paradigma que valorize conhecimentos tradicionais e implemente sistemas diversificados de produção, garantindo a autonomia das populações locais e a conservação do bioma. Para que a cacauicultura amazônica cumpra os ODS (2, 3, 12 e 15) e catalise a soberania alimentar, é necessário romper com a exclusividade da lógica de *commodity* e promover a sociobioeconomia, por meio de mercados locais e regionais, reconhecendo que as soluções para um futuro sustentável residem não apenas no novo, mas profundamente nas práticas ancestrais que historicamente sempre funcionaram.

Referências

BRAGA, D. P. P.; ROCHA, C. G. S.; SERRA, A. B.; SILVA, I. C.; FERRO-NATO, M. L.; LUNELLI, J.; ARAUJO, V. L.; GUERRA, G. A. D.; FOLHES, R. T. A Encruzilhada do Cacau na Amazônia Brasileira: A Sustentabilidade entre Sistemas Agroflorestais e o Monocultivo. **Dossiê Novos Cadernos do NAEA**, v. 8, n. 3, p. 109-142, fev. 2026. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/20174>

MAPA. **Derivados de cacau**. Ministério da Agricultura e Pecuária. Secretaria de Inovação Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, Brasília-DF: MAPA/SDI/CEPLAC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/2024/ministerio-da-agricultura-celebra-os-67-anos-da-ceplac/Derivadosdocacau.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2026.

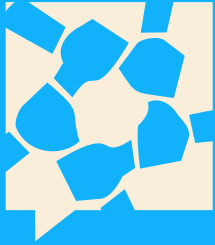
MENDES, C.; GONÇALVES, J. R. Segurança e soberania alimentar: o caso brasileiro (1994-2015). **Caderno CRH**, [S. l.], v. 36, p. e023009, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/42137>

ONU BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Nações Unidas Brasil. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs4>. Acesso em: 07 jun. 2022.

VILAÇA, M.; MAIER, T. F.; SILVA, F.; PIRES, H. **O cacau, receitas e sabores**. CirKula, Belém, 2023. Disponível em: https://www.tnc.org.br/content/dam/tnc/nature/en/documents/brasil/cacau-floresta/CARTILHA3-CACAU_RECEITAS_E_SABORES.pdf



Oficina participativa,
São Bento do Sapucaí
Projeto "Caminho das Águas, 2025.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL e ODS na SERRA DA MANTIQUEIRA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO CAMINHO DAS ÁGUAS



Klaus Frey

Universidade Federal do ABC



Hanna Maria Helstela

H.M. Helstela Desenvolvimento Sustentável LTDA.

A Serra da Mantiqueira é conhecida por suas paisagens marcantes, seu clima de montanha e sua rica biodiversidade. Entretanto, a sua importância vai muito além do turismo. A região funciona como um verdadeiro “berçário de águas”, responsável por abastecer milhões de pessoas em diferentes partes do Sudeste do Brasil. Proteger esse território significa, portanto, garantir água, qualidade de vida e equilíbrio ambiental para o presente e para o futuro.

Apesar disso, a Mantiqueira enfrenta desafios cada vez mais evidentes. A escassez de água, a degradação ambiental e os impactos das

mudanças climáticas colocam em risco tanto os ecossistemas quanto a vida das comunidades locais. Foi nesse contexto que surgiu o projeto “O Caminho das Águas para a Sustentabilidade”, com o objetivo de construir, de forma participativa, o Plano de Educação Ambiental do Comitê das Bacias Hidrográficas da Serra da Mantiqueira (CBH-SM). Financiada pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), a iniciativa reuniu poder público, universidade e sociedade civil em um esforço conjunto para transformar os compromissos da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em ações concretas no território.

A urgência do agora: por que a Educação Ambiental não pode esperar

Durante muito tempo, a Educação Ambiental no Brasil ficou quase restrita às salas de aula. Muitos de nós aprendemos que bastava ensinar crianças a separar o lixo ou plantar árvores para garantir um futuro sustentável. Hoje, essa visão se mostra insuficiente. As mudanças climáticas já estão acontecendo e seus efeitos não são mais um problema distante: fazem parte do nosso cotidiano.

Na Serra da Mantiqueira, esses impactos são visíveis. Secas prolongadas têm reduzido o volume das nascentes, enquanto chuvas intensas causam enchentes, deslizamentos e prejuízos materiais e humanos. Fenômenos que antes pareciam exceção passaram a ser cada vez mais frequentes, afetando diretamente a segurança hídrica e a vida das pessoas.

A situação se agrava porque a região, formada por Campos do Jordão, Santo Antônio do Pinhal e São Bento do Sapucaí, recebe um grande fluxo de visitantes, especialmente no inverno e nos feriados. Nesses períodos, a população cresce rapidamente, pressionando os sistemas de abastecimento de água e de tratamento de esgoto. A pandemia da Covid-19 intensificou ainda mais esse cenário, ao estimular a expansão imobiliária e a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, comprometendo a capacidade de resiliência do território.

Diante desse quadro, o projeto passou a entender a Educação Ambiental não apenas como uma matéria escolar, mas como uma estratégia coletiva de engajamento socioambiental. A ideia foi envolver gestores públicos, representantes da sociedade civil e moradores em um esforço comum para repensar hábitos, decisões e formas de uso do território, fortalecendo a sustentabilidade ambiental e hídrica da região.

Um exercício de cidadania: como o projeto foi construído

Para que o Plano de Educação Ambiental (Colletti et al., 2026) não se tornasse apenas mais um documento esquecido, o projeto foi organi-

zado em quatro eixos que se complementam.

O primeiro foi o da governança, mobilização e comunicação. O foco esteve em criar vínculos e aproximar pessoas. Reuniões, parcerias entre prefeituras, câmaras municipais e organizações da sociedade civil ajudaram a organizar todo processo e a unir o conhecimento técnico ao saber local. A comunicação teve papel central: vídeos, panfletos, podcasts e um canal no YouTube registraram todo o processo, garantindo transparência e convidando a população a participar. Afinal, uma política pública só funciona quando as pessoas se reconhecem como parte dela.

O segundo eixo foi o diagnóstico socioambiental. A equipe buscou entender o território a partir de quem vive nele. Além da análise de documentos, foram realizadas rodas de conversa e oficinas participativas de cartografia socioambiental, nas quais moradores apontaram, em mapas, problemas enfrentados no dia a dia, como áreas de risco e pontos de poluição. O diagnóstico evidenciou diferenças importantes entre as informações disponíveis, combinando dados oficiais, muitas vezes limitados ou desatualizados, com o conhecimento detalhado da população local, o que ajudou a identificar fragilidades nas políticas públicas (Frey et al., 2026). A Figura 1 ilustra esse momento.

O terceiro eixo concentrou-se na capacitação. Seminários abertos discutiram temas como gestão de riscos e cuidado com a água. Paralelamente, um curso de extensão, realizado em parceria com a Universidade Federal do ABC (UFABC), formou multiplicadores em Educação Ambiental. Esses participantes passarão a atuar como protagonistas em suas comunidades, levando o aprendizado adiante. A Figura 2 ilustra um desses espaços:

Por fim, o acompanhamento técnico-científico garantiu que toda a experiência fosse registrada, analisada e transformada em aprendizado. O resultado foi um relatório final que pode inspirar outras regiões, mostrando que é possível cuidar da água com participação social e diálogo.



Figura 1 - Oficina participativa e cartografia socioambiental

Fonte: projeto “Caminho das Águas”



Educação Ambiental e os ODS na prática

O projeto Caminho das Águas dialoga diretamente com a Agenda 2030 da ONU, especialmente com alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ao incentivar o uso responsável da água e discutir saneamento, contribui para o ODS 6, que trata do acesso à água limpa e segura. Ao fortalecer o planejamento participativo e a resiliência das cidades, aproxima-se do objetivo de tornar comunidades mais sustentáveis (ODS 11). Ao promover mudanças de comportamento e conscientização sobre o clima, atua na ação climática (ODS 13). E talvez, mais importante, ao unir governo, universidade e sociedade civil, mostra que parcerias são essenciais para transformar boas ideias em realidade (ODS 17).

Desafios e aprendizados

O caminho não foi simples. Um dos principais desafios foi despertar o interesse da população quando não havia uma crise imediata em curso. Embora as oficinas tenham reunido pessoas de diferentes idades e profissões, ampliar a participação exigiu esforço constante. Isso reforça a importância de uma Educação Ambiental contínua, que construa envolvimento ao longo do tempo.



Figura 2 - Oficina participativa de devolução do diagnóstico socioambiental

Fonte: projeto “Caminho das Águas”

Também houve desafios políticos e institucionais. A Educação Ambiental ainda ocupa um espaço limitado nas agendas municipais e decisões administrativas acabaram afastando parte da população dos espaços de decisão. Esses obstáculos mostraram a necessidade de fortalecer redes locais e coletivos educadores, criando condições para uma participação social e colaboração cada vez mais ativa.

A Mantiqueira como guardiã das águas

O principal legado do projeto é um Plano de Educação Ambiental construído de forma coletiva, acompanhado pela formação de uma rede de pessoas capacitadas e engajadas. O acesso à água é um direito humano e sua proteção depende de escolhas éticas, solidárias e compartilhadas. Como garantir esse bem comum para moradores, visitantes e para os próprios ecossistemas que sustentam a vida?

A experiência da Serra da Mantiqueira aponta uma resposta clara: o futuro da água depende de participação, conscientização e qualificação. Quando a comunidade compreende o ciclo da água - da nascente na montanha até a torneira de casa - o cuidado deixa de ser individual e passa a ser uma responsabilidade coletiva. O projeto mostrou, contudo, que a Educação Ambiental vai além da sensibilização: ela fortalece o engajamento cívico e qualifica a gestão pública.

Ao capacitar gestores, aprimorar processos de tomada de decisão e estimular mudanças nos padrões de consumo e produção, essa abordagem atua nas bases da sustentabilidade. Ao integrar conhecimento técnico e saberes locais, participação comunitária e ação coletiva, o projeto reafirma a Educação Ambiental como um instrumento central para a territorialização da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, promovendo as transformações estruturais necessárias para garantir a segurança hídrica e a sustentabilidade das gerações presentes e futuras.

Agradecimentos

Este artigo está baseado no projeto “Caminho das Águas para a Sustentabilidade”, financiado pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) - código de empreendimento 2022-SM-254.

Agradecemos ainda a colaboração de todos os envolvidos na execução do projeto, em especial a Kelly Monaco Coletti, Diego Lustre Gonçalves, Marina Baldim, Nádia Jarouche Aun e Inná Freitas Saldanha. Registramos também nosso reconhecimento pelo apoio da Associação dos Moradores e Amigos de São Bento (AmaSãoBento), instituição proponente junto ao FEHIDRO.

Referências

COLETTI, K. M.; GONÇALVES, D. L.; FREY, K.; HELSTELA, H. M. **Plano de Educação Ambiental (PEA) do Comitê das Bacias Hidrográficas da Serra da Mantiqueira CBH-SM (UGRHI-01). AMASÃO BENTO**. São Bento do Sapucaí, p. 145. 2026. Disponível em: Plano de Educação Ambiental – Comitê das Bacias Hidrográficas – Serra da Mantiqueira. Acesso em: 27 fev. 2026.

FREY, K.; COLETTI, K. M.; GONÇALVES, D. L. Caminho das águas para sustentabilidade: educação ambiental e recursos hídricos In: **XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS**, 2025, Universidade de São Paulo. ANPPAS.

FREY, K.; GONÇALVES, D. L.; BALDIM, M.; AUN, N. J. et al. **Diagnóstico Socioambiental da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 1 (UGRHI 1) - Pesquisa Documental**. AMA SÃO BENTO, CBH-SM. São Bento do Sapucaí, p. 273. 2026. Disponível em: Plano de Educação Ambiental – Comitê das Bacias Hidrográficas – Serra da Mantiqueira. Acesso em: 27 fev. 2026.

ARTE, COMUNIDADE E AÇÃO AMBIENTAL.

Centro Municipal de Triagem,
São Bento do Sapucaí
Luis Gustavo Branco, 2025



**POR
COLETIVO VIRANDO SUSTENTÁVEL**

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1573

O coletivo Virando Sustentável é uma organização ambientalista comunitária, formada voluntariamente, cujo principal objetivo é a troca de conhecimentos relacionados à sustentabilidade e a democratização da informação no município de São Bento do Sapucaí, no estado de São Paulo, Brasil.

Desde 2017, desenvolve, ininterruptamente, ações voltadas para a produção e divulgação de conteúdos relacionados à sustentabilidade, qualidade de vida e modelos de economia participativa e solidária.

Por meio de diversas atividades e dinâmicas de participação cidadã, o coletivo se articula com organizações que compartilham objetivos afins, cidadãos comprometidos e espaços de cogestão com o Estado. Há mais de sete anos, as suas ações de preservação ambiental e compromisso social constituem uma trajetória orientada para visibilizar, de uma perspectiva prática, o grau de implicação da sociedade nos processos de degradação do meio ambiente e, fundamentalmente, a capacidade coletiva de intervir para reverter essa situação.

Desde o início, o trabalho do coletivo baseou-se numa perspectiva interdisciplinar que constitui uma característica identitária central. Consequentemente, seus eventos, programas e projetos articulam múltiplas abordagens para comunicar a urgência de melhorar a relação entre a sociedade e o meio ambiente, bem como o cuidado do território habitado.

O projeto São Bento Sustentável e a centralidade da educação ambiental

Com o objetivo de fortalecer a integração da comunidade de São Bento do Sapucaí com sua região, por meio do intercâmbio de conhecimentos e práticas em torno da sustentabilidade, surge o projeto São Bento Sustentável. Trata-se de um evento de educação ambiental, de caráter público, gratuito e aberto a toda a comunidade, idealizado e produzido pelo Coletivo Virando Sustentável em colaboração com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e a Secretaria de Educação do município. Participam também, de forma voluntária, escolas municipais, a Fundação Florestal, o Acampamento Paiol Grande e diversas entidades sociais locais.

A terceira edição do evento foi realizada em setembro de 2025 e contou com a colaboração do Instituto 5 Elementos. Foi dedicada ao tema dos 5R (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar), com foco em boas práticas para a gestão de resíduos sólidos.

Embora a questão dos resíduos faça parte da agenda anual do coletivo por meio de diversas ações, em 2025 o evento São Bento Sustentável adotou esse tema como eixo transversal de todas as suas atividades. Nesse contexto, o coletivo desenvolveu um registro fotográfico e fílmico do funcionamento do Centro de Triagem do município, com o objetivo de visibilizar para a comunidade os processos de classificação de resíduos e promover melhorias nas práticas de se-

paração domiciliar.

Partindo da ideia amplamente difundida, embora errada, de que o problema dos resíduos desaparece assim que estes saem do âmbito doméstico, o coletivo impulsionou a ação “Retratos” - um registro fotográfico e fílmico do centro de triagem do município -, orientada a evidenciar que os resíduos são geridos por pessoas concretas, habitantes da própria comunidade. O levantamento permitiu identificar que os trabalhadores do Centro de Triagem e os coletores desempenham as suas tarefas em condições precárias e que a separação incorreta de resíduos por parte dos cidadãos não só dificulta seu trabalho, como também implica riscos para a sua saúde e segurança, podendo até impossibilitar o trabalho durante vários dias.

“Retratos”: arte, trabalho e justiça socioambiental na gestão de resíduos

O coletivo entrevistou e retratou os trabalhadores do Centro de Triagem e os catadores com o objetivo de visibilizar seu trabalho e promover uma compreensão mais ampla da população sobre a gestão de resíduos, ressaltando que essa problemática não se limita ao espaço doméstico e que a falta de conhecimento gera altos custos sociais e econômicos para o município. Os trabalhadores foram questionados sobre as mensagens que gostariam de transmitir à população, e o coletivo assumiu o desafio de criar as condições para que essas vozes fossem efetivamente ouvidas.

Os retratos foram feitos pela fotógrafa Gaia Fusari e a exposição foi curada e montada pelo coletivo, na praça central da cidade, durante três dias. Alunos das escolas municipais e cidadãos que participaram do evento tiveram contato tanto com as imagens, quanto com os depoimentos coletados.

Desta forma, o Coletivo Virando Sustentável propõe, por meio da arte, uma reflexão crítica sobre a gestão de resíduos, evidenciando que o lixo não desaparece, mas se inscreve numa trama social na qual outros — nossos próprios vizinhos — manipulam, classificam e gerem aquilo que, como sociedade, descartamos.

Além disso, a decisão de mostrar os rostos dos trabalhadores do Centro de Triagem e dos catadores de resíduos constitui um gesto político e pedagógico central do projeto.

A visibilidade daqueles que realizam diariamente o trabalho de gestão de resíduos — frequentemente invisibilizado, precário e socialmente desvalorizado — permite questionar as representações naturalizadas em torno do lixo como um problema abstrato ou despersonalizado. Ao dar rosto e voz a esses trabalhadores, o projeto contribui para reconhecê-los como agentes fundamentais na sustentabilidade urbana e atores-chave na cadeia de gestão de resíduos.

Esta estratégia procura promover uma empatia ativa na cidadania, reforçando a responsabilidade individual e coletiva na separação adequada dos resíduos e estabelecendo uma ligação direta entre as práticas domésticas e as condições de trabalho daqueles que sustentam o sistema. Desta forma, a arte funciona como uma ferramenta de mediação social que articula a consciência ambiental, a justiça social e a dignificação do trabalho.

“**Retratos**”, exposição coletiva de arte, não busca apenas refletir sobre como construir cidades e comunidades sustentáveis e a importância do acesso à educação para esse fim, mas também, por meio de uma ação pelo clima, colocar a dignificação do trabalho como uma ferramenta de fortalecimento comunitário.

O coletivo elabora propostas e atividades que possam envolver os cidadãos do município de forma ativa e em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tendo a arte e suas múltiplas perspectivas como ferramenta fundamental para o desenvolvimento de novas alianças cidadãs, perspectivas pluriculturais e o imenso trabalho de construir horizontalmente um caminho para atravessar os desafios socioambientais.





Se tem dúvida, tira informação, vem até nós, que nós podemos informar. Pergunta no meio ambiente, na prefeitura... pra ter um pouquinho mais de cuidado com a gente, que isso aqui machuca, é muito perigoso...

Vem cocô de cachorro, vem cocô de passarinho, vem fralda suja de neném, tudo misturado, vem absorvente... acho que falta carinho e atenção com nós aqui. Inclusive, eu até peguei um cachorro dentro do saco, contaminou tudo. Jogaram um cachorro achando que aqui era um centro de reciclar.

Selma



O problema é que muita gente não tem consciência, joga vidro quebrado, ferro solto, lâmina e tudo o mais... acaba machucando a gente. Já veio muita carcaça de bicho morto aqui, que a turma em vez de enterrar ou jogar no lixo, joga aqui pra a gente, e temos que lidar com o mau cheiro.

Valdeci



Praticamente a gente trabalha direto, eu trabalho final de semana, sábado, domingo... pra poder fazer a coisa andar, né? As pessoas descansam, nós não descansamos. Eu tenho o maior amor, o maior carinho por isso. Por mim, isso aqui nunca iria pro aterro.

“

Gonçalo



Trabalho aqui na reciclagem, onde a gente faz a separação de plástico, papel, vidro, papelão. A gente chega de manhã, bate o cartão, toma o café. Ai a gente começa a fazer a separação. O papelão vai pro seu Gonçalo, aí a gente separa as pet nos bags, vidro no saco plástico e alguns resíduos que vêm no meio a gente separa.

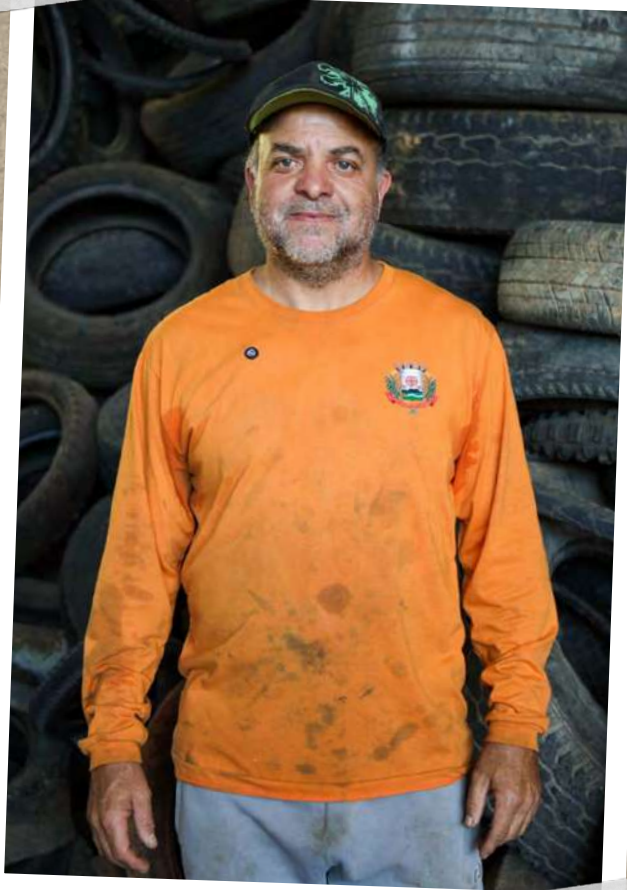
Edivaldo

”

”

As pets indo pra natureza é uma agressão muito grande, vai pro mar, os peixes comem. Essa é a conscientização que precisamos ter pros nossos filhos, pros nossos netos... para que a humanidade caminhe para um mundo melhor. A gente está muito na frente das cidades vizinhas, que não têm ainda a reciclagem, a gente já tem um centro, então a gente está caminhando. Com a sociedade ajudando eu acho que vai melhorar muito mais.

Marcio



As pessoas tendo um pouquinho mais de consciência, tudo funciona. Eu fazendo a minha parte aqui na separação, e você em casa, nossa, o nosso trabalho flui que é uma beleza!

“

Igor





Equipe de coletores



Feira Quatro Estações, Praça do Coreto,
São Bento do Sapucaí
Samanta Borges Pereira, 2025.





Capa

Feira Quatro Estações, Praça do Coreto,
São Bento do Sapucaí
Luís Gustavo Branco, 2025.

Editores

Luciana Travassos - Professora adjunta da Universidade Federal do ABC (UFABC), no Bacharelado em Planejamento Territorial e na Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território. Pesquisadora do LaPlan. É arquiteta urbanista (FAU-USP) e doutora em Ciência Ambiental (PROCAM-USP).

Paulo de Almeida Sinisgalli - Professor Associado da Universidade de São Paulo. Graduado em Engenharia Civil e Sanitária pelo Instituto Mauá de Tecnologia, é mestre em Ciência Ambiental pelo PROCAM-USP, doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP, pós-doutor pela Universidade de Wageningen e livre docente pela USP. Possui pós-graduação pela Universidade Técnica de Dresden - Alemanha. Atua nos programas de pós-graduação em Ciência Ambiental e Modelagem de Sistemas Complexos da USP. Atua nas áreas de Economia Ecológica e Gestão de Recursos Hídricos.

Pedro Roberto Jacobi - Professor Titular Senior do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM/IEE/USP).

Coordenador do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sociedade do Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA) e editor da Revista Ambiente e Sociedade. Presidente do Conselho do ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade – América do Sul. Coordenador de sub-projeto de pesquisa no InCLINE.

Sandra (San) Momm - Professora associada da Universidade Federal do ABC, no Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento e Gestão do Território e no Global SPRING Network. Atua no campo do planejamento territorial com interface com mudanças climáticas, recursos hídricos e áreas protegidas. Atualmente interessada em temas relacionados com teorias, sistemas e práticas de planejamento, gênero e planejamento, transições e soluções baseadas na natureza e análises comparativas. É arquiteta urbanista (UFSC), mestre em Engenharia Ambiental (FURB), doutora pelo PROCAM-USP e pós-doutora pela Technical University of Dortmund (2019).

Silvana Zioni - Professora Associada no Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (UFABC), atua nos

Bacharelados de Ciências e Humanidades e de Planejamento Territorial e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (USP), mestrado em Estruturas Espaciais Urbanas (USP) e doutorado em Planejamento Urbano e Regional (USP). Foi também professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Editores Assistentes

Beatriz Milz - É pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil. Realizou a graduação em Gestão Ambiental na Universidade de São Paulo (SP) (2015), mestrado em Análise Ambiental Integrada na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)/Diadema (2018), e Doutorado em Ciência Ambiental na USP (2024). É natural de Diadema-SP. Atualmente faz parte do projeto de pesquisa "ICOLMA": Impacto da COVID-19 no modo de vida, mobilidade e acessibilidade dos grupos marginalizados, que inclui pesquisadoras do Brasil, Alemanha e África do Sul.

Hugo da Silva Carlos - Bibliotecário e coordenador do Sistema de Bibliotecas da UFABC. Atua com desenvolvimento de coleções, serviço de referência e formação de usuários. Possui experiência na gestão de iniciativas de comunicação acadêmica, como repositórios acadêmicos e coordena o Portal de Periódicos da UFABC.

Igor Matheus Santana Chaves - É Arquiteto e Urbanista e Licenciado em Artes Visuais, Mestre e Doutor em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC. Atualmente realiza pesquisa de pós-doutoramento no CCD HIS - UNESP, Sorocaba-SP. É membro-pesquisador do Laboratório de Planejamento Territorial (LabPlan), e do CIAUD, Lisboa, Portugal.. Foi pesquisador do temático MacroAmb (FAPESP), Pesquisador Colaborador do Projeto GovernAgua - SARAS Institute - Inter-American Institute for Global Change Research. Também é o responsável pela editoração, identidade e diagramação da revista.

Lyvia Cirqueira - Mestranda em Planejamento e Gestão do Território (PGT) na UFABC, com financiamento da CAPES, graduada em Engenharia Ambiental e Urbana pela mesma universidade. Compõe o grupo de pesquisa que avalia os impactos da COVID-19 nos modos de vida, mobilidade e acessibilidade dos grupos marginalizados (ICOLMA), no âmbito do PGT/UFABC, em parceria com universidades da África do Sul e Alemanha.

Marcelo Aversa - Desenvolve pesquisas em análise de políticas ambientais e de saneamento básico, dentro da área de planejamento urbano regional e de políticas públicas, com foco nos processos de

macrometropolização da água, pelas perspectivas teóricas do Institucionalismo Histórico, da Ecologia Política e da Análise Crítico Discursiva Foucaultiana. É pós-doutorando do Programa de Ciências Ambientais do Instituto de Energia e Meio Ambiente da USP. É formado em Direito pela PUC-SP, especialista em Direito Constitucional pela PUC-Campinas, mestre e doutor em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC.

Autores da edição 25

Adailton Galiza - É doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com interesse em pesquisas de caráter interdisciplinar. Possui formações em engenharias, educação e ciência de dados. Realizou pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP), vinculado à Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica (IEA-USP), com pesquisa sobre ambientes digitais e problemas socioambientais complexos na Educação Básica.

Daniel Palma Perez Braga - Engenheiro Florestal, Mestre e Doutor em Ciências com ênfase em Conservação de Ecossistemas pela Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Possui atuação acadêmica com ênfase em sistemas agroflorestais com cacau e meios de vida sustentáveis para agriculturas familiares. Atualmente é Coordenador Regional do Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e contribuições para Agenda 2030 (Pro-SEMEIA), Coordenador do Grupo de Pesquisa Floresta, Árvores e Meios de Vida Sustentáveis na Amazônia (FLORAR) e Diretor da Faculdade de Desenvolvimento Rural (Facdes).

Elano Emerson Belucio da Silva - Nutricionista graduado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase em Saúde da População do Campo pela Escola de Governo Fiocruz - Brasília. Participa do grupo de pesquisa Floresta, Árvores e Meios de Vida Sustentáveis na Amazônia - UFPA. Profissional colaborador na Liga Acadêmica de Segurança Alimentar e Nutricional - UFPA.

Eva Purkarthofer - É pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Aalto, na Finlândia. É editora-chefe do European Journal of Spatial Development e coordena o grupo temático Transboundary Planning and Governance da AESOP. Seus interesses incluem desenvolvimento espacial europeu, Política de Coesão da UE, planejamento urbano e regional estratégico, culturas de planejamento e o papel de atores e instituições. Atualmente, pesquisa o desenvolvimento urbano sustentável como uma ideia de planejamento itinerante.

Hanna Maria Helstela - É formada e tem mestrado em Ciências da Administração pela Universidade de Constança, na Alemanha. Atua como profissional de desenvolvimento organizacional e de pessoas, com mais de 30 anos de experiência em empresas multinacionais de grande porte. Entre janeiro de 2024 e fevereiro de 2026, coordenou o projeto de Educação Ambiental “O Caminho das Águas para a Sustentabilidade”.

Julia Rensi - Pesquisadora do International Relations Research Institute (IPRI)/FUNAG e doutoranda em Ciência Política pela UFPE, atualmente em doutorado sanduíche no Departamento de Política e Relações Internacionais da University of York (PDSE/CAPES). Mestre em Relações Internacionais pela UERJ. Foi professora substituta do Departamento de Relações Internacionais da UFPB e, atualmente, é professora da Universidade Potiguar.

Klaus Frey - É formado em Ciências da Administração e doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Constança, na Alemanha, onde também realizou estudos de pós-doutorado na área de planejamento urbano e regional, na Universidade Tecnológica de Berlim. Desde 2011, é professor titular de Políticas Públicas na Universidade Federal do ABC (UFABC), atuando na graduação e na pós-graduação. É pesquisador de produtividade do CNPq.

Ludmila da Rocha Nogueira - Graduada em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), mestre em Agriculturas Amazônicas e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará. Participa do grupo de pesquisa Floresta, Árvores e Meios de Vida Sustentáveis na Amazônia (FLORAR).

Luís Gustavo Branco - Luís Gustavo Branco é bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Atualmente, é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PGPP/ UFABC). É pesquisador bolsista no projeto FAPESP Governança de Políticas Públicas para Sustentabilidade (GPPS) (processo nº 2024/07440-0). Seus interesses de pesquisa incluem desenvolvimento territorial sustentável, políticas ambientais, capacidades estatais, policy capacity, saneamento e pequenos municípios.

Mariana Bezerra Lyra - Especialista em desenvolvimento social e integrante da Fiocruz, tem dedicado sua trajetória às pautas de juventude, diálogo intersetorial, cidades sustentáveis, políticas públicas, gestão pública e participação social. É graduada em administração, especialista em gestão de Políticas Públicas de Juventude e em Práticas Sociais Reflexivas; e mestre em Gestão do Desenvolvimento

Local Sustentável. Contribuiu na área do terceiro setor com o fortalecimento de iniciativas juvenis, no setor privado com ESG e desde 2012 trabalha na gestão pública em desenvolvimento social, especialmente com políticas públicas de juventude.

Maria Luiza Hipólito - Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Possui experiência em consultoria de projetos internacionais, com atuação na Lideri Consultoria Internacional, e em atividades de pesquisa e extensão, tendo sido estagiária na Rede MulheRIs+MujeRIs. Desenvolve interesse acadêmico nas áreas de segurança alimentar, transição energética, desenvolvimento sustentável e políticas públicas no contexto do Sul Global.

Nádia Jarouche Aun - Vinculada ao Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC) como colaboradora de treinamento técnico para o projeto “Governança Colaborativa, Desenho e Integração de Políticas Públicas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, financiado pela FAPESP (2024/144/84-4). Possui formação em Relações Públicas (UNESP) com mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (UFSCAR) e doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (UFRRJ). É pós-doutora em Gestão Pública e Cooperação Internacional (UFPB).

Nina Orlow - Arquiteta e Urbanista (FAUUSP), com especialização em Gestão Ambiental (SENAC) e Pós-graduação em Construções Sustentáveis (FAAP). Coordenadora do Movimento Nacional ODS do Estado de SP - MNODS SP e integra a Comissão Nacional pelos ODS (CNODS/SGPR). Integra a Rede Nossa SP/ Grupo de Trabalho de Meio Ambiente e é membro da Aliança Resíduo Zero Brasil. É conselheira do Conselho Participativo e Consultivo Municipal da UMAPAZ SP e integra o Grupo de Referência do Programa Viva o Verde SVMA SP/ ONU Habitat. É comentarista do Programa ODS Brasil do Observatório 3º Setor.

Pedro Henrique Torres - Professor da área de Ciências Ambientais, com ênfase em planejamento territorial e gestão ambiental e costeira, vinculado ao Instituto de Biociências da UNESP (Campus do Litoral Paulista). Docente nos programas PROCAM-USP e PPG-BAC-UNESP. Pesquisador Associado ao CEPID FAPESP CLIMARES- Centro de Pesquisa em Resiliência em Crises Climáticas e Desastres. É lead autor do IPCC, SEVENTH ASSESSMENT REPORT (AR7), Working Group II: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Coordena o LADAMPS-UNESP e o Núcleo Baixada Santista do Observatório das Metrôpoles.

Samanta Borges Pereira - Realizou pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, na Universidade Federal de Itajubá (PPG-DTECS-UNIFEI).

É doutora em Administração (PPGA-UFLA), mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG-DTECS-UNIFEI) e bacharel em Administração (UFV). Atualmente, é pesquisadora de pós-doutorado (UFABC) e bolsista da FAPESP no projeto Governança de Políticas Públicas para a Sustentabilidade (GPPS), processo nº 2024/07979-7. Sua pesquisa se concentra nos temas sobre desenvolvimento rural, desenvolvimento local e abordagem decolonial.

Ulrike Zeigermann - É professora adjunta de Estudos de Sustentabilidade em Ciências Sociais no Instituto de Ciência Política e Sociologia da Universidade de Würzburg e pesquisadora associada do Centro Marc Bloch em Berlim, Alemanha. Sua pesquisa concentra-se em políticas e políticas de sustentabilidade, bem como no papel da expertise e dos processos de transferência de conhecimento em transições socioecológicas.

Yashas Dhananjaya Kanthamani - É urbanista de Bengaluru, com mestrado em Planejamento Regional/Espacial pelo programa SPRING, realizado na Technische Universität Dortmund, na Alemanha, e na Universidade Federal do ABC. Sua atuação concentra-se no desenvolvimento urbano sustentável, com ênfase em Desenvolvimento Sustentável, ODS 11 e em pesquisas sobre riscos climáticos, dinâmicas urbano-rurais e estratégias espaciais resilientes. Trabalha com análise espacial, planejamento orientado por dados e políticas públicas.

Coletivo Virando Sustentável - Virando Sustentável é um coletivo ambientalista de São Bento do Sapucaí. Desde 2017, promove a educação ambiental e o intercâmbio de conhecimentos sobre sustentabilidade. Desenvolve diversas ações junto a moradores, escolas, organizações locais e a comunidade em geral, impulsionando práticas colaborativas para fortalecer o cuidado com o meio ambiente e o compromisso cidadão.



CONTATO

✉ dialogos.socioambientais@ufabc.edu.br

🌐 periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais

Attribution-NonCommercial 4.0
International (CC BY-NC 4.0)



ISSN 2596-2183

Realização

